Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023 10

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022 11

Demonstração de Valor Adicionado 12

Comentário do Desempenho 13

Notas Explicativas 30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 104

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 105

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	29.241.635	29.804.010
1.01	Ativo Circulante	7.582.323	7.313.736
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	917.581	1.338.169
1.01.02	Aplicações Financeiras	57.798	6.210
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	57.798	6.210
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	57.798	6.210
1.01.03	Contas a Receber	4.034.174	3.883.350
1.01.03.01	Clientes	3.923.435	3.830.559
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.468.650	3.385.579
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	454.785	444.980
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	110.739	52.791
1.01.04	Estoques	27.373	82.759
1.01.04.01	Almoxarifado	27.373	82.759
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.685.230	1.205.941
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.685.230	1.205.941
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	68.461	0
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.616.769	1.205.941
1.01.07	Despesas Antecipadas	67.749	56.667
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	792.418	740.640
1.01.08.03	Outros	792.418	740.640
1.01.08.03.03	Outros créditos	418.317	274.397
1.01.08.03.05	Serviços em curso	374.101	466.175
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	0	68
1.02	Ativo Não Circulante	21.659.312	22.490.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.565.376	18.390.992
1.02.01.04	Contas a Receber	52.352	50.645
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	27.175	23.868
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	25.177	26.777
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.428.359	4.326.662
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.428.359	4.326.662
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.084.665	14.013.685
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	700.949	857.326
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.573.538	4.113.287
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	8.066.274	7.426.895
1.02.01.10.09	Outros créditos	57.195	69.238
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.384.704	1.434.579
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	302.005	112.360
1.02.02	Investimentos	37.018	38.756
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	37.018	38.756
1.02.03	Imobilizado	199.309	223.487
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	199.309	223.487
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	199.309	223.487
1.02.04	Intangível	3.857.609	3.837.039
1.02.04.01	Intangíveis	3.857.609	3.837.039
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.857.609	3.837.039

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	29.241.635	29.804.010
2.01	Passivo Circulante	9.315.988	7.911.813
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	126.119	125.647
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	126.119	125.647
2.01.02	Fornecedores	2.772.199	2.775.495
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.772.199	2.775.495
2.01.03	Obrigações Fiscais	503.027	699.741
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	136.967	337.052
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	220.928
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	136.967	116.124
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	362.595	359.932
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.465	2.757
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.636.988	1.167.067
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.155.388	385.405
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	299.972	366.640
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	855.416	18.765
2.01.04.02	Debêntures	481.600	781.662
2.01.05	Outras Obrigações	4.096.389	2.957.794
2.01.05.02	Outros	4.096.389	2.957.794
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	488.101	207.601
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	180	845
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	526.278	548.904
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	534.170	538.276
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	931.392	155.234
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.342	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	7.002	8.235
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	64.298	354.801
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	51.500	55.424
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	271.666	113.617
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.214.460	967.515
2.01.06	Provisões	181.266	186.069
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	178.083	183.102
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	178.083	183.102
2.01.06.02	Outras Provisões	3.183	2.967
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.183	2.967
2.02	Passivo Não Circulante	17.525.298	19.498.408
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.365.104	6.386.675
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.788.266	2.667.769
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	279.646
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.788.266	2.388.123
2.02.01.02	Debêntures	3.576.838	3.718.906
2.02.02	Outras Obrigações	11.291.243	12.122.016
2.02.02.02	Outros	11.291.243	12.122.016
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	0	59
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	7.239.030	6.395.475
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	94.542	103.519

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	16.521	22.028
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	129.490	94.497
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	274.416	400.693
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	0	58.058
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	161.163	182.822
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.153.806	4.629.959
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	222.275	234.906
2.02.04	Provisões	868.951	989.717
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	866.503	987.269
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	866.503	987.269
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	2.400.349	2.393.789
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	1.275.570	1.275.570
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.078.804	1.078.804
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	828.050	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	612.903
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.051.226	-4.842.639

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.801.894	14.273.602	4.810.128	13.671.540
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.731.092	-10.591.879	-3.801.256	-10.751.225
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.931.402	-5.444.903	-1.956.335	-5.473.518
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-105.730	-244.859	-96.528	-315.158
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-767.473	-2.230.940	-700.476	-2.157.930
3.02.07	Pessoal e Administradores	-121.479	-374.117	-107.105	-323.280
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.312	-4.125	-1.272	-3.684
3.02.09	Serviços de Terceiros	-167.561	-515.591	-182.369	-558.495
3.02.10	Material	-19.837	-45.938	16.866	-4.070
3.02.11	Custo de Construção	-402.245	-1.089.814	-571.346	-1.326.975
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-453	-1.029	-270	-6.836
3.02.16	Depreciação e Amortização	-168.714	-497.589	-149.841	-429.372
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-44.886	-142.974	-52.580	-151.907
3.03	Resultado Bruto	1.070.802	3.681.723	1.008.872	2.920.315
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-372.589	-996.315	-242.978	-710.034
3.04.01	Despesas com Vendas	-181.243	-511.009	-153.049	-418.067
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-164.306	-511.285	-135.814	-437.230
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-27.040	25.979	45.885	145.263
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	698.213	2.685.408	765.894	2.210.281
3.06	Resultado Financeiro	-427.070	-1.164.582	-392.522	-990.790
3.06.01	Receitas Financeiras	84.213	526.228	110.918	615.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-511.283	-1.690.810	-503.440	-1.606.045
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-510.970	-1.691.826	-501.391	-1.606.454
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-313	1.016	-2.049	409
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	271.143	1.520.826	373.372	1.219.491
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.889	-407.059	-95.920	-349.810
3.08.01	Corrente	-38.344	-90.503	-56.836	-160.078
3.08.02	Diferido	-24.545	-316.556	-39.084	-189.732

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	208.254	1.113.767	277.452	869.681
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	208.254	1.113.767	277.452	869.681
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,05463	5,64027	1,40506	4,40418

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	208.254	1.113.767	277.452	869.681
4.02	Outros Resultados Abrangentes	15.238	-777.207	-29.828	-305.037
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-1.181.814	0	-318.209
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	401.817	0	108.191
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	23.087	4.227	-45.195	-143.968
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-7.849	-1.437	15.367	48.949
4.03	Resultado Abrangente do Período	223.492	336.560	247.624	564.644

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.320.035	2.159.763
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.762.977	3.326.875
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.113.767	869.681
6.01.01.02	Depreciação e amortização	676.877	585.345
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	70.097	37.025
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	-45.291	108.424
6.01.01.05	Variações monetárias	12.805	50.318
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-259.818	-291.466
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	362.852	274.166
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-110.958	52.773
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	28.253	54.814
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	501.820	489.164
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	464.519	449.909
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	0	-143
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	73.271	28.075
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	316.556	189.733
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	22.195	9.771
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	387.875	274.393
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	148.157	144.893
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-399.341	688.558
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-481.925	-58.830
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-130.819	-209.496
6.01.02.03	Almoxarifado	55.386	16.397
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-129.654	141.003
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	1.128.921	567.018
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-11.082	-4.466
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	-57.948	189.212
6.01.02.08	Outros créditos	-37.543	-20.499
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	0	848.033
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	472	4.704
6.01.02.11	Fornecedores	-99.010	-857.137
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-270.428	-9.417
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	118.697	14.054
6.01.02.15	Serviços em curso	92.074	-51.945
6.01.02.16	Encargos setoriais	-22.535	46.945
6.01.02.17	Passivo financeiro setorial	649.881	0
6.01.02.19	Outras obrigações	25.380	-187.549
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-1.229.208	260.531
6.01.03	Outros	-2.043.601	-1.855.670
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-383.818	-338.065
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-119.662
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-804.011	-712.609
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-105.576	-89.190

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	0	-3
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-19.865	-18.437
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-353.517	-183.054
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-376.814	-394.650
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.023.808	-1.303.232
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-1.090.073	-1.303.962
6.02.02	Consumidores participação financeira	96.535	108.994
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-51.588	-2.435
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	0	74
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	43.763	-97.271
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-22.445	-8.632
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-716.815	-533.001
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	343.700	2.130.595
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.014.076	-1.376.284
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-122.858
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-46.439	-39.560
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-1.124.894
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-420.588	323.530
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.338.169	1.112.302
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	917.581	1.435.832

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.275.570	0	-4.229.736	2.393.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.275.570	0	-4.229.736	2.393.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-330.000	0	-330.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-330.000	0	-330.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.113.767	-777.207	336.560
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.113.767	0	1.113.767
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-777.207	-777.207
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	-1.181.814	-1.181.814
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	401.817	401.817
5.05.02.08	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	4.227	4.227
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.437	-1.437
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	44.283	-44.283	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	67.096	-67.096	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.813	22.813	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	1.275.570	828.050	-5.051.226	2.400.349

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-870.778	-190.000	0	-1.060.778
5.04.06	Dividendos	0	0	-870.778	0	0	-870.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-190.000	0	-190.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	869.681	-305.037	564.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	869.681	0	869.681
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-305.037	-305.037
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	48.528	-48.528	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	73.527	-73.527	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-24.999	24.999	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	728.209	-4.390.760	1.882.170

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	21.557.122	22.535.328
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.757.640	16.519.050
7.01.02	Outras Receitas	5.220.677	5.107.370
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.089.814	1.326.975
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-511.009	-418.067
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.596.990	-10.702.948
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.683.811	-8.710.777
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.741.352	-1.974.102
7.02.04	Outros	-171.827	-18.069
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.960.132	11.832.380
7.04	Retenções	-710.168	-593.543
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-710.168	-593.543
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.249.964	11.238.837
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	526.228	552.440
7.06.02	Receitas Financeiras	526.228	552.440
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.776.192	11.791.277
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.776.192	11.791.277
7.08.01	Pessoal	477.121	426.238
7.08.01.01	Remuneração Direta	318.842	287.113
7.08.01.02	Benefícios	133.140	114.421
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.139	24.704
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.507.564	8.947.272
7.08.02.01	Federais	4.333.150	5.444.264
7.08.02.02	Estaduais	3.144.780	3.464.238
7.08.02.03	Municipais	29.634	38.770
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.677.740	1.548.086
7.08.03.01	Juros	1.690.810	1.543.230
7.08.03.02	Aluguéis	-13.070	4.856
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.113.767	869.681
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.113.767	869.681

São Paulo, 25 de outubro de 2023 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO"), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do terceiro trimestre ("3T23") e dos nove meses ("9M23") de 2023. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1 DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Receita Bruta (R$ mil)	7.420.552	7.343.014	1,1%	7.158.512	3,7%	22.068.131	22.953.393	-3,9%
Receita Líquida (R$ mil)	4.801.894	4.810.128	-0,2%	4.588.815	4,6%	14.273.602	13.671.540	4,4%
EBITDA (3) (R$ mil)*	923.688	959.578	-3,7%	1.081.091	-14,6%	3.362.285	2.772.591	21,3%
*Margem EBITDA (%)**	*19,2%*	*19,9%*	-0,7 p.p.	*23,6%*	-4,3 p.p.	*23,6%*	*20,3%*	*3,3 p.p.*
*Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)**	*21,0%*	*22,6%*	-1,6 p.p.	*25,4%*	-4,4 p.p.	*25,5%*	*22,5%*	*3 p.p.*
EBIT (4) (R$ mil)*	698.213	765.894	-8,8%	855.673	-18,4%	2.685.408	2.210.281	21,5%
*Margem EBIT (%)**	*14,5%*	*15,9%*	-1,4 p.p.	*18,6%*	-4,1 p.p.	*18,8%*	*16,2%*	*2,6 p.p.*
Lucro (Prejuízo) Líquido (R$ mil)	208.254	277.452	-24,9%	352.662	-40,9%	1.113.767	869.681	28,1%
Margem Líquida (%)	*4,3%*	*5,8%*	-1,4 p.p.	*7,7%*	-43,6%	*7,8%*	*6,4%*	*1,4 p.p.*
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	*4,7%*	*6,5%*	-1,8 p.p.	*8,3%*	-42,9%	*8,4%*	*7,0%*	*1,4 p.p.*
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	10.399	10.147	2,5%	10.682	-2,6%	31.648	30.860	2,6%
CAPEX (R$ mil)*	372.039	478.521	-22,3%	404.151	-7,9%	1.243.969	1.296.070	-4,0%
DEC - horas (12 meses)*	6,26	6,52	-4,0%	6,10	2,6%	6,26	6,52	-4,0%
FEC - vezes (12 meses)*	3,33	3,46	-3,8%	3,21	3,7%	3,33	3,46	-3,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	96,30%	96,75%	-0,4 p.p.	97,29%	-1 p.p.	96,30%	96,75%	-0,4 p.p.
Perdas de Enegia (12 meses)*	10,65%	10,94%	-0,3 p.p.	10,29%	0,35 p.p.	10,65%	10,94%	-0,3 p.p.
PMSO (5) /Consumidor*	89,6	71,5	25,0%	82,0	9,8%	254,5	222,4	14,4%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22
(3) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (4) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 7,9 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 18,4 milhões de habitantes[1].

DADOS GERAIS*

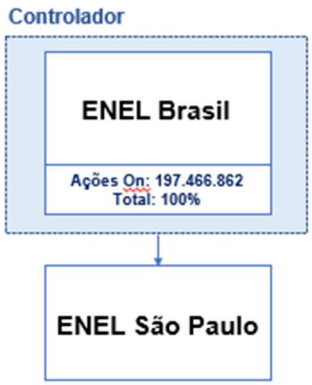
	3T23	3T22	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.538	42.404	0,3%
Linhas de Transmissão (Km)	1.846	1.838	0,4%
Subestações (Unid.)	163	162	0,6%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	41.997	41.106	2,2%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	8,89%	8,79%	0,1 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	8,11%	8,11%	0 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADEE
(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

[1] Estimativa do número de Habitantes de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE
* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T23.

Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de setembro de 2023



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Mercado Cativo	**7.847.148**	**7.762.465**	**1,1%**	**7.924.033**	**-1,0%**	**7.847.148**	**7.762.465**	**1,1%**
Residencial	7.384.123	7.302.270	1,1%	7.456.071	-1,0%	7.384.123	7.302.270	1,1%
Industrial	24.775	25.003	-0,9%	25.128	-1,4%	24.775	25.003	-0,9%
Comercial	419.457	415.970	0,8%	424.075	-1,1%	419.457	415.970	0,8%
Rural	587	591	-0,7%	568	3,3%	587	591	-0,7%
Setor Público	18.206	18.631	-2,3%	18.191	0,1%	18.206	18.631	-2,3%
Clientes Livres	**3.731**	**3.173**	**17,6%**	**3.460**	**7,8%**	**3.731**	**3.173**	**17,6%**
Industrial	822	699	17,6%	764	7,6%	822	699	17,6%
Comercial	2.840	2.414	17,6%	2.632	7,9%	2.840	2.414	17,6%
Setor Público e outros	69	60	15,0%	64	7,8%	69	60	15,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	**7.850.879**	**7.765.638**	**1,1%**	**7.927.493**	**-1,0%**	**7.850.879**	**7.765.638**	**1,1%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

A Companhia encerrou o 3T23 com um aumento de 1,1%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 3T22.

Observa-se, no período, crescimento maior no mercado livre com destaque para a classe comercial e industrial, ambas com aumento de 17,6%, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão[2]

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. %
Mercado Cativo	7.139	7.019	1,7%	7.292	-2,1%	21.774	21.334	2,1%
Clientes Livres	3.260	3.128	4,2%	3.390	-3,8%	9.874	9.526	3,7%
Total - Venda e Transporte de Energia	**10.399**	**10.147**	**2,5%**	**10.682**	**-2,6%**	**31.648**	**30.860**	**2,6%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. %
Residencial	4.271	4.157	2,7%	4.253	0,4%	12.797	12.332	3,8%
Industrial	478	517	-7,5%	479	-0,2%	1.411	1.530	-7,8%
Comercial	1.921	1.958	-1,9%	2.055	-6,5%	6.091	6.093	0,0%
Rural	8	8	4,0%	8	-0,4%	25	24	2,0%
Setor Público	461	379	21,5%	496	-7,2%	1.451	1.355	7,1%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	**7.139**	**7.019**	**1,7%**	**7.292**	**-2,1%**	**21.774**	**21.334**	**2,1%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T23.
[2] Não Inclui Consumo Próprio

O mercado cativo totalizou 7.139 GWh no 3T23, representando um crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período no ano passado (7.019 GWh).

O consumo na classe residencial registrou um aumento de 2,7% no trimestre e 3,8% nos nove meses em relação ao ano anterior em decorrência de um crescimento orgânico nesta classe, além do impacto positivo associado a temperaturas mais quentes nos períodos observados.

Já na classe industrial, a redução de 7,5% e 7,8% no trimestre e no acumulado do ano respectivamente em relação ao mesmo período no ano anterior é resultado da queda do consumo dos setores industriais mais representativos da região de concessão, tais como químicos, borracha e plástico, automotivo e metalurgia, além do efeito da migração para o mercado livre.

O consumo da classe comercial apresentou uma queda de 1,9% no trimestre e permaneceu estável no acumulado do ano, em razão da migração dos clientes para o mercado livre.

Em relação ao setor público, o aumento observado tanto no trimestre quanto nos nove meses do ano, é resultado principalmente de um ajuste retroativo realizado no 3T22, impactando a base de comparação.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. %
Industrial	1.423	1.428	-0,4%	1.435	-0,9%	4.178	4.202	-0,6%
Comercial	1.426	1.302	9,5%	1.525	-6,5%	4.452	4.105	8,5%
Setor Público e outros	411	398	3,2%	429	-4,2%	1.244	1.219	2,0%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	**3.260**	**3.128**	**4,2%**	**3.390**	**-3,8%**	**9.874**	**9.526**	**3,7%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 3.260 GWh no 3T23, um aumento de 4,2% quando comparado ao 3T22, em decorrência principalmente do aumento do consumo na classe comercial, refletindo o aquecimento do setor varejista e de serviços, o impacto positivo das temperaturas mais elevadas, além da migração de clientes do mercado cativo.

No acumulado do ano, o mercado livre registrou crescimento de 3,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, seguindo as mesmas tendências observadas no trimestre.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Itaipu	1.832	1.910	-4,1%	1.807	1,4%	5.425	5.627	-3,6%
Angra 1 e 2	354	355	-0,2%	350	1,1%	1.050	1.052	-0,2%
Proinfa	169	183	-7,8%	158	6,7%	483	500	-3,4%
Leilão e Quotas	6.585	6.680	-1,4%	6.547	0,6%	19.902	20.282	-1,9%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	**8.940**	**9.128**	**-2,1%**	**8.862**	**0,9%**	**26.859**	**27.461**	**-67,4%**
Liquidação na CCEE	-218,3	-584,8	-62,7%	-348,4	-37,3%	-665,8	-1.371,9	-84,1%
Total - Compra de Energia	**8.721**	**8.543**	**2,1%**	**8.514**	**2,4%**	**26.193**	**26.089**	**0,4%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

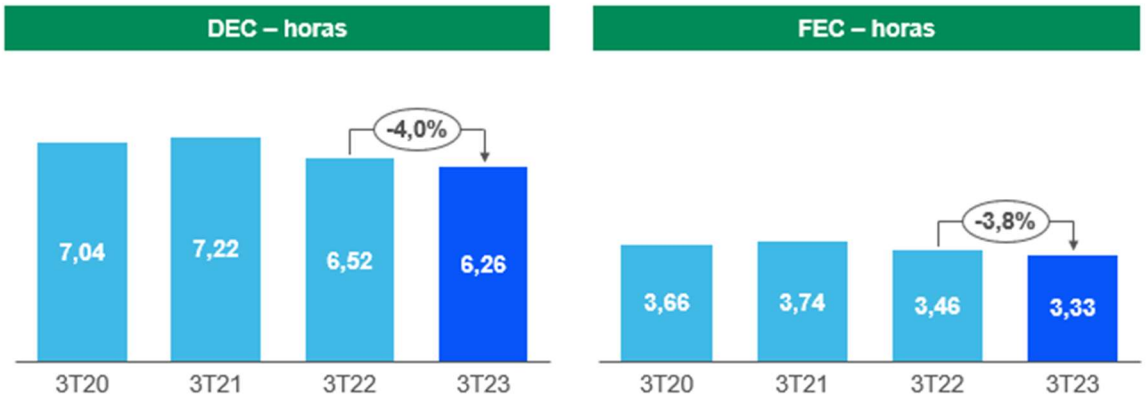
	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Energia Requerida (GWh)	11.947,4	11.475,6	4,1%	11.532,3	3,6%	35.655,6	34.868,1	2,3%
Energia Distribuída (GWh)	10.457	10.202	2,5%	10.876	-3,9%	31.972	30.996	3,1%
Mercado Cativo	7.200	7.083	1,7%	7.353	-2,1%	21.954	21.480	2,2%
Mercado Livre	3.257	3.119	4,4%	3.523	-7,5%	10.018	9.516	5,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.490	1.273	17,0%	656	127,2%	3.684	3.872	-4,9%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	12,47%	11,10%	1,4 p.p.	5,69%	6,8 p.p.	10,33%	11,11%	-0,8 p.p.

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T23.

Indicadores Operacionais

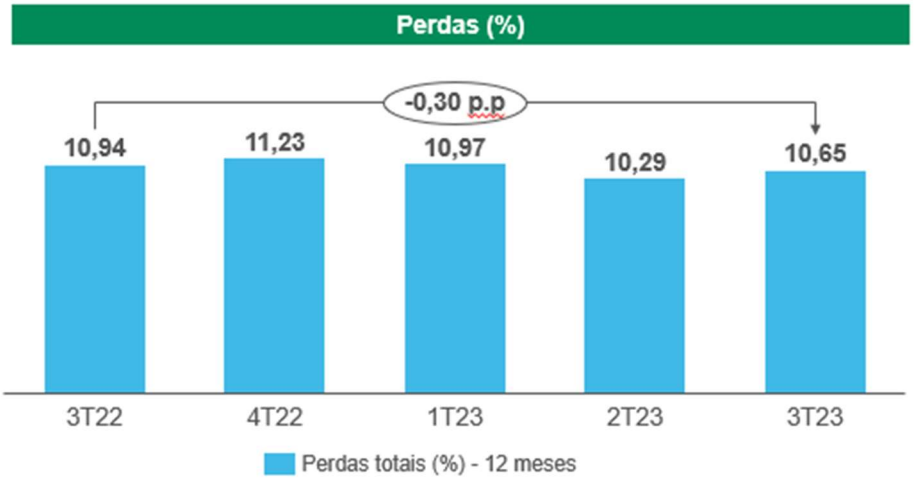
Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 3T23, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 4,0% e 3,8% respectivamente em relação ao mesmo período em 2022, em decorrência da menor ocorrência impactos climáticos quando comparado ao mesmo período do ano anterior, fortalecendo a melhoria dos indicadores. Além disso, a melhoria contínua da automação da rede de distribuição e foco na otimização operacional de redução dos atendimentos improdutivos também contribuiu para os resultados positivos observados no trimestre.

Disciplina de Mercado*



As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,65%[3], sendo divididas entre perdas técnicas (5,04%) e não técnicas (5,60%). Em comparação ao 3T22, as perdas totais apresentaram uma redução de 0,30 p.p.

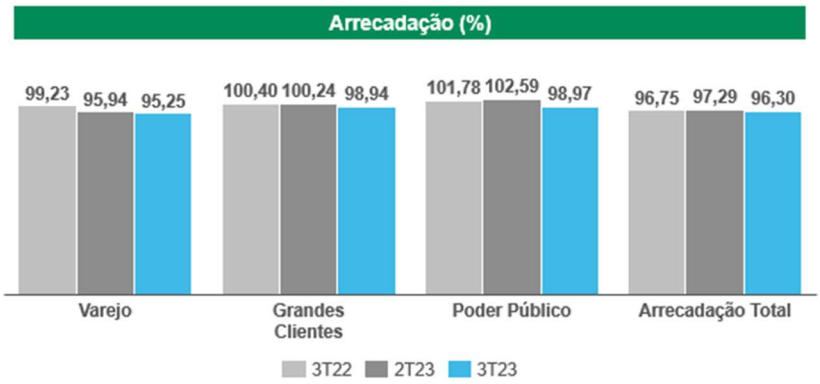
Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição, (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular e (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares.

[3] O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T23.

Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 210 GWh de energia no 3T23.

Arrecadação*



O índice de arrecadação da companhia atingiu 96,30% no 3T23 contra 96,75% no mesmo período do ano anterior, representando uma redução de 0,44 p.p, justificado parcialmente pelo vencimento de faturas no final do mês de setembro, que serão apuradas no mês subsequente.

A Companhia mantém ações recorrentes, voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

Destaca-se também que durante o 2T23, houve um ajuste de metodologia da cobrabilidade impactando a base histórica do indicador, porém sem efeito no caixa da Companhia.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	**2.491.536**	**2.394.391**	**4,1%**	**2.402.346**	**3,7%**	**6.001.214**	**8.238.326**	**-27,2%**
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(18.022)	(13.958)	29,1%	(27.673)	-34,9%	(70.312)	(56.236)	25,0%
Subvenção de recursos da CDE	236.360	209.339	12,9%	222.054	6,4%	654.323	467.457	40,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	711.108	669.073	6,3%	798.099	-10,9%	2.161.322	1.764.531	22,5%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.965.994	2.951.431	0,5%	3.237.878	-8,4%	9.624.576	8.000.601	20,3%
Receita de construção	402.245	571.346	-29,6%	333.937	20,5%	1.089.814	1.326.975	-17,9%
Atualização do ativo financeiro da concessão	28.089	(46.969)	<-100,0%	57.879	-51,5%	259.818	291.465	-10,9%
Ativo financeiro setorial, líquido	452.064	322.239	40,3%	252.948	78,7%	802.526	1.398.298	-42,6%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	151.178	286.122	-47,2%	(118.956)	<-100,0%	1.544.850	1.521.977	1,5%
Total - Receita Operacional Bruta	**7.420.552**	**7.343.014**	**1,1%**	**7.158.512**	**3,7%**	**22.068.131**	**22.953.394**	**-3,9%**
ICMS	(1.017.776)	(978.567)	4,0%	(1.055.425)	-3,6%	(3.134.100)	(3.451.586)	-9,2%
COFINS	(454.123)	(447.944)	1,4%	(438.318)	3,6%	(1.353.939)	(1.309.650)	3,4%
PIS	(98.618)	(97.203)	1,5%	(95.131)	3,7%	(293.822)	(352.810)	-16,7%
ISS	(82)	(80)	2,5%	(87)	-5,7%	(249)	(261)	-4,6%
Total - Tributos	**(1.570.599)**	**(1.523.794)**	**3,1%**	**(1.588.961)**	**-1,2%**	**(4.782.110)**	**(5.114.307)**	**-6,5%**
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(43.343)	(42.451)	2,1%	(41.710)	3,9%	(128.318)	(119.576)	7,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(985.960)	(920.174)	7,1%	(881.268)	11,9%	(2.752.365)	(2.798.395)	-1,6%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(6.255)	(7.888)	-20,7%	(7.888)	-20,7%	(22.031)	(22.061)	-0,1%
Encargos do consumidor - PROINFA	(12.210)	(43.327)	-71,8%	(49.382)	-75,3%	(108.961)	(104.408)	4,4%
Encargos do consumidor - CCRBT	(291)	4.748	<-100,0%	(488)	-40,4%	(744)	(1.123.108)	-99,9%
Total - Encargos Setoriais	**(1.048.059)**	**(1.009.092)**	**3,9%**	**(980.736)**	**6,9%**	**(3.012.419)**	**(4.167.548)**	**-27,7%**
Total - Deduções da Receita	**(2.618.658)**	**(2.532.886)**	**3,4%**	**(2.569.697)**	**1,9%**	**(7.794.529)**	**(9.281.855)**	**-16,0%**
Total - Receita Operacional Líquida	**4.801.894**	**4.810.128**	**-0,2%**	**4.588.815**	**4,6%**	**14.273.602**	**13.671.539**	**4,4%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

A receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R$ 4,8 bilhões no 3T23, permanecendo em linha em relação ao 3T22. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 3T23, alcançou o montante de R$ 4,4 bilhões, um aumento de R$ 160,9 milhões em relação ao 3T22, cujo montante foi de R$ 4,2 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento do ativo financeiro setorial líquido, no valor de R$ 129,8 milhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T23.

- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia – mercado cativo em R$ 97,1 milhões e aumento de R$ 56,6 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD para o mercado livre e cativo, decorrentes do aumento do consumo em ambos mercados, mesmo considerando o reajuste tarifário de 2023 de -2,24%, que passou a vigorar desde o início de julho de 2023;
- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R$ 75,1 milhões principalmente em razão da deflação ocorrida no 3T22, reduzindo a base de comparação, além do efeito da revisão tarifária.

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Aumento nas deduções da receita no 3T23 na ordem de 3,4% ou R$ 85,8 milhões em comparação com o 3T22. Os principais efeitos são apresentados a seguir:
  - Aumento de 3,1% (R$ 46,8 milhões) no total de tributos, decorrente do aumento na rubrica do ICMS;
  - Aumento de 3,9% ou R$ 39,0 milhões em Encargos Setoriais, derivados sobretudo: pelo aumento de R$ 65,8 milhões no encargo CDE em função principalmente do pagamento do empréstimo da conta covid e escassez hídrica. Tal efeito foi parcialmente compensando por uma redução de R$ 31,1 milhões na rubrica relacionada ao PROINFA, em razão da nova cota homologada a partir de janeiro de 2023.

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação positiva de 4,4%, ou R$ 602,1 milhões, em relação ao ano anterior, totalizando R$ 14,3 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, alcançou o montante de R$ 13,2 bilhões, um aumento de R$ 839,2 milhões em relação ao 9M22, cujo montante foi de R$ 12,3 bilhões.

Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de R$ 2,0 bilhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes do aumento do consumo em ambos mercados, mesmo considerando o reajuste tarifário de 2023 de -2,24%, que passou a vigorar desde o início de julho de 2023;
- Redução nas deduções da receita no 3T23 na ordem de 16,0% ou R$ 1,5 bilhão em comparação com o 3T22, sendo R$ 332,2 milhões em tributos, relacionados principalmente à redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e R$ 1,2 bilhão em encargos setoriais, derivados sobretudo pela redução de R$ 1,1 bilhão na rubrica de Encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. No 9M22 houve a vigência da bandeira de escassez hídrica até o mês de abril enquanto no 9M23, houve a vigência da bandeira verde durante todo os meses do período;

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução na rubrica de Fornecimento de energia em R$ 2,2 bilhões devido a: (i) impacto da bandeira de escassez hídrica que esteve vigente ao longo de 1T22 e meados de abril e aumentou a arrecadação em tal período, afetando a base de comparação e (ii) menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022;
- Redução no ativo e passivo financeiro setorial no período, em R$ 595,8 milhões, devido principalmente à menor constituição de ativo regulatório.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.037.132)	(2.052.863)	-0,8%	(1.834.053)	11,1%	(5.689.762)	(5.788.676)	-1,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(767.473)	(700.476)	9,6%	(722.131)	6,3%	(2.230.940)	(2.157.930)	3,4%
Total - Não Gerenciáveis	**(2.804.605)**	**(2.753.339)**	**1,9%**	**(2.556.184)**	**9,7%**	**(7.920.702)**	**(7.946.606)**	**-0,3%**
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(152.420)	(131.899)	15,6%	(168.976)	-9,8%	(471.846)	(410.556)	14,9%
Previdência Privada	(1.708)	(1.587)	7,6%	(1.776)	-3,8%	(5.302)	(4.647)	14,1%
Material e Serviços de Terceiros	(241.646)	(210.655)	14,7%	(246.228)	-1,9%	(731.620)	(724.434)	1,0%
Depreciação e Amortização	(225.475)	(193.684)	16,4%	(225.418)	0,0%	(676.877)	(562.310)	20,4%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(116.814)	(94.035)	24,2%	(125.276)	-6,8%	(362.852)	(273.174)	32,8%
Custo de Construção	(402.245)	(571.346)	-29,6%	(333.937)	20,5%	(1.089.814)	(1.326.975)	-17,9%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(22.413)	(21.980)	2,0%	(25.269)	-11,3%	(64.029)	(61.020)	4,9%
Perda de recebíveis de clientes	(64.429)	(59.014)	9,2%	(37.640)	71,2%	(148.157)	(144.893)	2,3%
Receita de multas por impontualidade de clientes	34.099	31.062	9,8%	34.256	-0,5%	102.388	106.234	-3,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(106.025)	(37.757)	>100,0%	(46.694)	127,1%	(219.383)	(112.878)	94,4%
Total - Gerenciáveis	**(1.299.076)**	**(1.290.895)**	**0,6%**	**(1.176.958)**	**10,4%**	**(3.667.492)**	**(3.514.653)**	**4,3%**
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	**(4.103.681)**	**(4.044.234)**	**1,5%**	**(3.733.142)**	**9,9%**	**(11.588.194)**	**(11.461.259)**	**1,1%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R$ 4,1 bilhões no 3T23, um aumento de R$ 59,4 milhões em comparação com o 3T22. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R$ 2,8 bilhões, montante 1,9% (R$ 51,3 milhões) superior ao registrado no 3T22 (R$ 2,8 bilhões).

O principal efeito foi o aumento na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R$ 67,0 milhões.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 3T23, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R$ 177,3 milhões. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R$ 68,3 milhões em outras despesas operacionais em razão principalmente da baixa da base de ativo financeiro ocorrida após a revisão tarifária e das perdas líquidas relacionadas à alienação e desativação de bens e direitos, este último devido às baixas correntes de ativos;
- Aumento de R$ 31,8 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia;
- Aumento de R$ 31,0 milhões em Material e Serviços de Terceiros atribuído ao menor nível de capitalização, decorrente da redução de alocação associada aos investimentos no período;
- Aumento de R$ 20,5 milhões na linha de despesa de pessoal devido aos reajustes salariais ocorridos no 2T23;
- Aumento da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R$ 22,8 milhões) explicado pela rolagem de algumas faturas mais antigas.

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo registraram um aumento de 1,1% ou R$ 126,9 milhões em comparação com o 9M22, totalizando R$ 11,6 bilhões. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

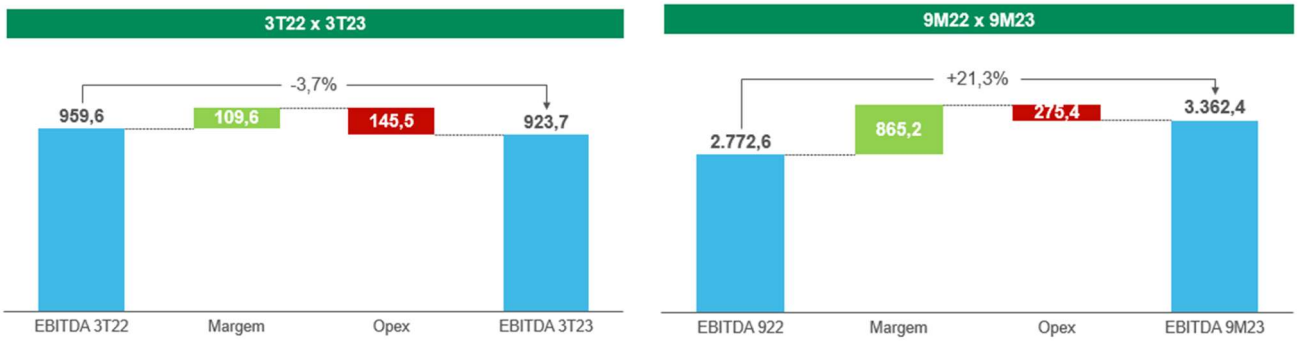
Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R$ 7,9 bilhões, permanecendo em linha com o montante registrado no 9M22.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 9M23, apresentaram aumento de R$ 390,0 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R$ 114,6 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia;
- Aumento de R$ 106,5 milhões em outras despesas operacionais em razão principalmente da baixa da base de ativo financeiro ocorrida em função da revisão tarifária e das perdas líquidas relacionadas à alienação e desativação de bens e direitos, este último devido às baixas correntes de ativos. As perdas líquidas foram parcialmente compensadas pela venda de 2 terrenos no período;

- Aumento da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R$ 89,7 milhões) explicado parcialmente por um grande volume de chuvas no primeiro trimestre, impactando ações de cortes por inadimplência e ocasionando a rolagem de algumas faturas mais antigas, com expectativa futura de recuperação.
- Aumento de R$ 61,3 milhões na linha de despesa de pessoal devido ao pagamento de bônus e reajustes salariais no 2T23.

EBITDA



O EBITDA da Enel São Paulo no 3T23 atingiu o montante de R$ 923,7 milhões, o que representa uma redução de R$ 35,9 milhões em relação ao 3T22 em decorrência principalmente do maior nível de custos e despesas gerenciáveis, conforme detalhado anteriormente.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu EBITDA na ordem de R$ 3,4 bilhões, o que representa um aumento de R$ 589,7 milhões em relação ao mesmo período em 2022. O aumento do EBITDA é explicado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, resultado do menor nível de deduções no período.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	62.824	18.966	231,2%	63.101	-0,4%	215.993	46.376	365,7%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	11.978	10.648	12,5%	12.999	-7,9%	36.081	56.481	-36,1%
Subvenções governamentais	184	416	-55,8%	242	-24,0%	724	1.393	-48,0%
Atualização de Créditos Tributários	24	4.128	-99,4%	24	0,0%	71	5.029	-99,5%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	15.908	21.492	-26,0%	14.452	10,1%	47.877	56.472	-74,4%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	(39.083)	21.941	<-100,0%	14.062	<-100,0%	30.123	273.006	-94,8%
Ajuste MTM Dívida	18.745	25.771	-27,3%	82.673	-77,3%	143.725	126.575	-34,7%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	6.177	3.805	62,3%	11.049	-44,1%	21.033	7.694	43,6%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	13.408	6.403	>100,0%	18.519	-27,6%	48.480	51.277	-63,9%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(5.952)	(2.652)	124,4%	(6.316)	-5,8%	(17.879)	(9.048)	97,6%
Total - Receitas Financeiras	**84.213**	**110.918**	**-24,1%**	**210.805**	**-60,1%**	**526.228**	**615.255**	**-14,5%**
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(127.823)	(160.135)	-20,2%	(128.101)	-0,2%	(397.645)	(441.487)	-9,9%
Variação monetária + Ajuste MTM - Dívida	(9.052)	21.206	<-100,0%	(31.453)	-71,2%	(99.279)	(76.352)	30,0%
Instrumentos Financeiros de hedge	(145.506)	(143.730)	1,2%	(175.079)	-16,9%	(462.194)	(337.634)	36,9%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(8.614)	(3.848)	>100,0%	(6.604)	30,4%	(22.195)	(9.771)	>100,0%
Subvenções governamentais	(184)	(417)	-55,9%	(242)	-24,0%	(724)	(1.394)	-48,1%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(6.086)	(6.826)	-10,8%	(3.324)	83,1%	(16.337)	(19.959)	-18,1%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	1.398	(18.432)	<-100,0%	1.385	0,9%	5.767	(8.346)	<-100,0%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(12.391)	(7.640)	62,2%	(12.995)	-4,6%	(29.346)	(39.415)	-25,5%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(22.550)	(24.191)	-6,8%	(35.535)	-36,5%	(74.270)	(89.183)	-16,7%
Atualização Acordo Eletrobras	(2.163)	(13.862)	-84,4%	(11.608)	-81,4%	(28.253)	(54.814)	-48,5%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(153.407)	(148.489)	3,3%	(153.406)	0,0%	(460.219)	(445.464)	3,3%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(1.938)	(649)	>100,0%	(1.419)	36,6%	(4.993)	(2.131)	>100,0%
Outras Despesas Financeiras	(2.559)	23.981	<-100,0%	6.114	<-100,0%	(11.989)	(17.689)	-32,2%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(20.095)	(18.359)	9,5%	(42.995)	-53,3%	(90.148)	(62.815)	43,5%
Total - Despesas Financeiras	**(510.970)**	**(501.391)**	**1,9%**	**(595.262)**	**-14,2%**	**(1.691.825)**	**(1.606.454)**	**5,3%**
Variações Cambiais	**(313)**	**(2.049)**	**-84,7%**	**1.399**	**-122,4%**	**1.016**	**409**	**>100,0%**
Variações cambiais - Empréstimos	(102.753)	(83.562)	23,0%	129.499	<-100,0%	70.085	37.017	89,3%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	102.752	83.559	23,0%	(129.496)	<-100,0%	(70.097)	(37.025)	89,3%
Outras Variações Cambiais	(312)	(2.046)	-84,8%	1.396	<-100,0%	1.028	417	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	**(427.070)**	**(392.522)**	**8,8%**	**(383.058)**	**11,5%**	**(1.164.581)**	**(990.790)**	**17,5%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 3T23 com uma despesa de R$ 427,1 milhões, um aumento de R$ 34,5 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é explicada por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R$ 62,8 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos financeiros setoriais.
- Aumento de R$ 26,5 milhões na rubrica de outras despesas financeiras.

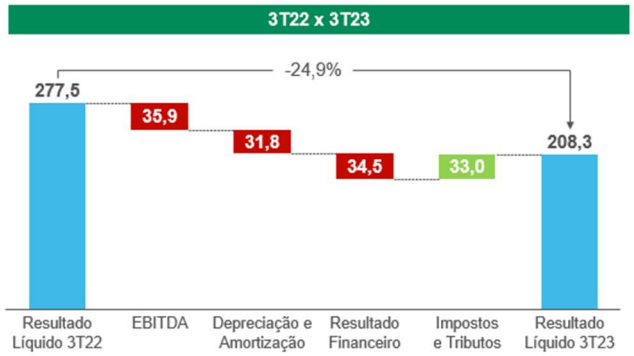
Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R$ 43,8 milhões na rubrica de renda de aplicações financeiras decorrente do aumento do caixa da Companhia no período.

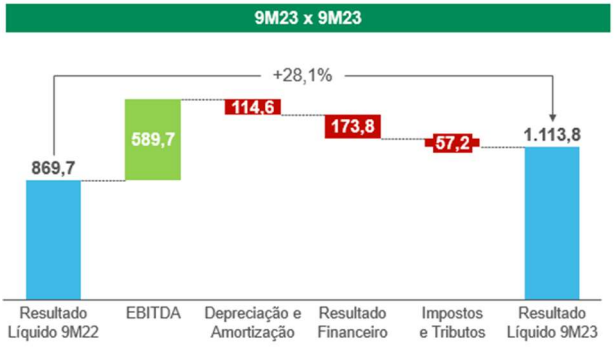
No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R$ 1,2 bilhão, montante 17,5% superior ao valor registrado no 9M22 (R$ 990,8 milhões), devido a:

- Aumento de R$ 86,5 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, Encargos de dívida – Empréstimos, Debêntures e Mútuos, Variação monetária + Ajuste MTM de Dívida, Variações cambiais – Empréstimos e Variações cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge), em virtude, principalmente, dos derivativos fechados entre os períodos analisados serem todos *fair value hedge*, ou seja, a marcação a mercado deles impacta resultado;
- Aumento líquido de despesa no montante de R$ 270,2 milhões nas rubricas de variação monetária de ativos financeiros setoriais.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de R$ 169,6 milhões na rubrica de renda de aplicações financeiras decorrente de do aumento do caixa da Companhia no período.

Resultado Líquido





O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R$ 151,2 milhões no 3T23, o que representa uma redução de R$ 135,6 milhões em relação ao 3T22, explicada principalmente pelo menor EBITDA no período associado a uma deterioração no resultado financeiro e nos tributos.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu lucro de R$ 1,1 bilhão, representando um aumento de 21,9% ou R$ 211,1 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, resultado do maior EBITDA registrado no período, conforme explicado anteriormente.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R$ mil)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. %
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.194.028	7.926.225	-9,24%	7.834.810	-8,18%	7.194.028	7.926.225	-9,24%
(-) Disponibilidades	(975.379)	(1.441.269)	-32,32%	(1.640.529)	-40,54%	(975.379)	(1.441.269)	-32,32%
Divida Líquida	**6.218.649**	**6.484.956**	**-4,11%**	**6.194.281**	**0,39%**	**6.218.649**	**6.484.956**	**-4,11%**
EBITDA (2)	**4.773.350**	**3.749.539**	**27,30%**	**4.809.240**	**-0,75%**	**4.773.350**	**3.749.539**	**27,30%**
Dívida Bruta/EBITDA	1,51	2,11	-28,70%	1,63	-7,49%	1,51	2,11	-28,70%
Dívida Líquida/EBITDA	1,30	1,73	-24,67%	1,29	1,15%	1,30	1,73	-24,67%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,75	0,81	-7,21%	0,78	-3,32%	0,75	0,81	-7,21%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,72	0,78	-6,91%	0,73	-1,45%	0,72	0,78	-6,91%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta[4] da Companhia encerrou o 3T23 em R$ 7.194 milhões, uma redução de R$ 732 milhões em relação ao 3T22. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R$ 344 milhões para financiamento de investimentos, e às (ii) provisões de encargos de R$ 1.034 milhões. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R$ 2.076 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o valor de R$ 34 milhões referentes a ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se a liquidação da 2ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R$ 698 milhões realizada em setembro de 2023 e a liquidação da 3ª série da 7ª emissão de notas promissórias no montante de R$ 305 milhões realizada em abril de 2023. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23ª,24ª,25ª,26ª e 27ª) no montante de R$ 595 milhões.

A Companhia encerrou o 3T23 com o custo médio da dívida em 14,54% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de setembro de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R$ 2.000 milhões, e Nº 647/2021, no valor de até R$ 500 milhões, totalizando um montante de R$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.7 das demonstrações financeiras referentes ao 3T23, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e demonstrações financeiras anuais, os quais foram atingidos em 30 de setembro de 2023. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (24ª, 25ª, 26ª e 27ª), na 7ª emissão de notas promissórias, no BNP Paribas, Scotiabank e MUFG.

INDICADORES FINANCEIROS (R$ mil)

	3T23
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.194.028
Fundo de Pensão	(1.168.683)
(-) Disponibilidades	(975.379)
Divida Líquida	**5.049.967**
EBITDA (1) (12 meses)	**4.773.350**
(+)PDD	585.701
(+)Contingências	82.119
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	7.501
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	29.905
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão	**5.478.576**

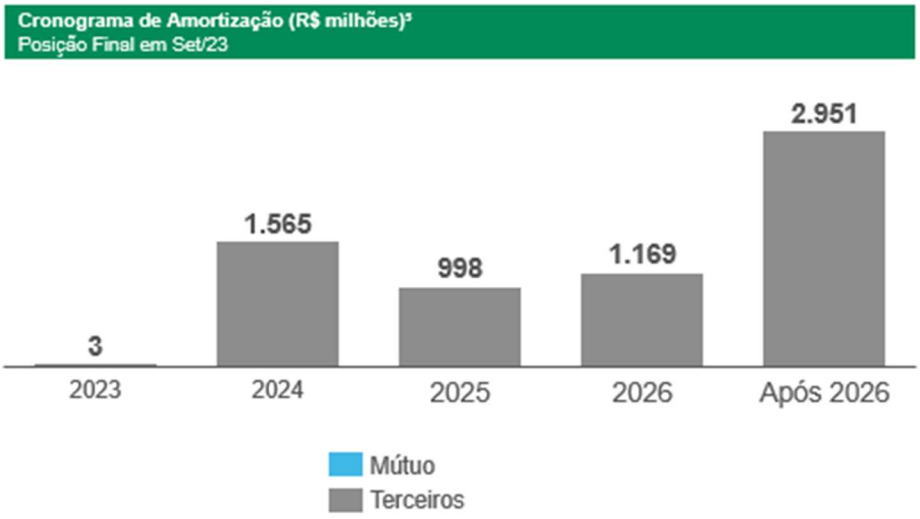
(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

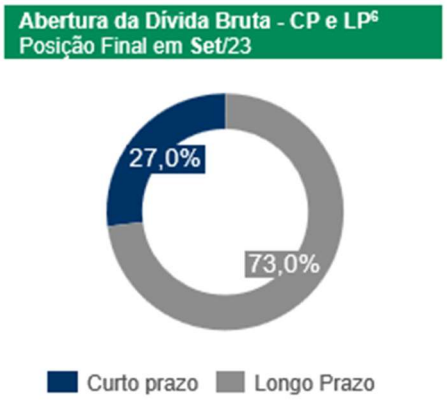
Covenant Financeiro

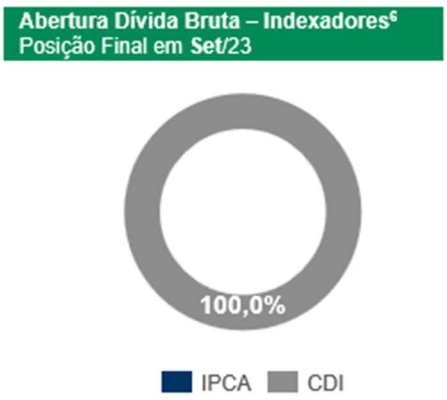
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture, BNP, SCOTIA, MUFG e 7ª NP	**0,92**

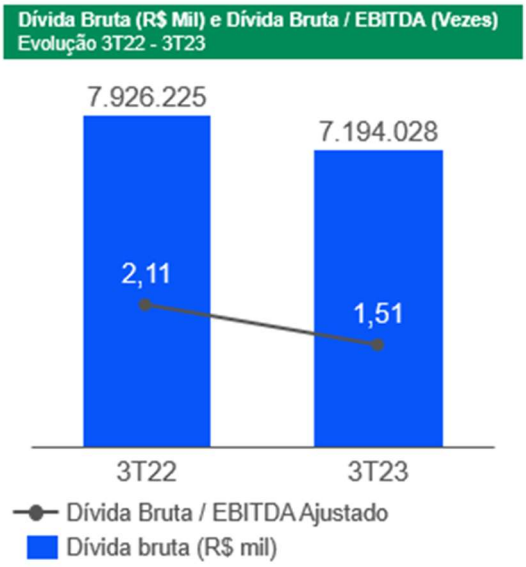
[4] Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

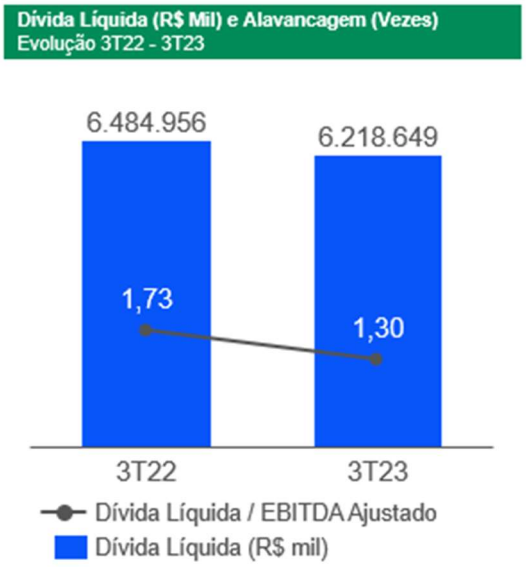
[5] Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.











[6] Não considera previdência.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Investimentos

INVESTIMENTOS (R$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Manutenção	132.950	212.834	-37,5%	151.841	-12,4%	552.095	628.357	-12,1%
Crescimento	147.097	129.352	13,7%	133.080	10,5%	359.613	318.237	13,0%
Novas Conexões	55.513	128.154	-56,7%	82.708	-32,9%	242.869	311.163	-21,9%
Financiado pela Companhia	**335.559**	**470.340**	**-28,7%**	**367.629**	**-8,7%**	**1.154.576**	**1.257.758**	**-8,2%**
Financiado pelo Cliente	36.480	8.180	345,9%	36.522	-0,1%	89.393	38.312	133,3%
Total	**372.039**	**478.521**	**-22,3%**	**404.151**	**-7,9%**	**1.243.969**	**1.296.070**	**-4,0%**

(1) Variação entre 3T23 e 2T23, (2) Variação entre 9M23 e 9M22

No 3T23 a Companhia investiu R$ 372,0 milhões, montante 22,3% inferior ao registrado no 3T22. A redução observada está relacionada ao processo de revisão tarifária ocorrido em julho de 2023, onde o nível de investimento atinge patamares mais elevados no ano que antecede a revisão, aumentando a base de comparação no período seguinte.

No acumulado do ano, a Companhia investiu R$ 1,2 bilhão, volume 4,0% inferior comparado ao investido nos nove meses de 2022, com um aumento de R$ 41,4 milhões nos investimentos focados em crescimento.

5 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Em 2015, a companhia assumiu um compromisso público, perante a ONU, de apoio à Agenda 2030, um plano de ação global para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, que deve ser cumprido até o ano de 2030. Essa agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS. Além do alinhamento das nossas iniciativas em toda Agenda 2030, o Grupo Enel assumiu formalmente metas em relação a quatro deles: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A integração dos compromissos públicos assumidos com os ODS, somados à agenda ASG é garantida por processos estruturados em todo o Grupo, que contam, em todas as suas etapas, com o respeito aos direitos humanos para a busca pelo crescimento sustentável. Além disso, a adoção dos indicadores ASG em toda a cadeia de valor não se dá apenas para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar as decisões e orientar as suas ações.

A partir da estratégia ASG, deriva o Plano de Sustentabilidade da companhia, revisto anualmente, traduzido em indicadores sociais, ambientais e de governança, de acordo com padrões internacionais e com base nos temas materiais identificados no engajamento com os stakeholders e os diversos compromissos que assumimos. O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, que foi reavaliado a partir do processo anual de materialidade, abrange o ciclo 2023-2025 e estabelece objetivos ASG específicos em 4 grandes temas: Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos (incluindo aqui as questões de Saúde e Segurança e Governança) com ações que abrangem todas as empresas do Grupo no Brasil e ações regionalizadas. O Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição São Paulo em 2023 conta com 72 ações desdobradas em metas ambientais, metas sociais e ações para garantir ou aumentar a governança. Até o 3º trimestre de 2023, foi registrado o avanço geral de 81% em relação ao total de ações planejadas para o ano, sendo que destas, as ações voltadas para a temática ambiental tiveram uma evolução de 91%, as ações com foco na temática social tiveram 81% de avanço e as ações voltadas para fortalecer a governança tiveram um avanço de 65%, no mesmo período.

As linhas de negócio do Grupo seguem uma estratégia de relacionamento com todas as partes interessadas, com o objetivo de gerar valor compartilhado. Com foco no atendimento às regiões e comunidades onde a Enel está inserida, especialmente as localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, educação para o consumo consciente de energia, geração de renda e empregabilidade, cidadania e economia circular.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel.

Ao aliar o programa Enel Compartilha à sua estratégia de negócio e aos ODS da ONU, a Enel reforça o compromisso do Grupo com a Agenda ASG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável.

Até o fechamento do terceiro trimestre de 2023, foram beneficiadas 391.752 pessoas pelos projetos da Enel Distribuição São Paulo destacando-se:

Enel Compartilha Oportunidade – *ODS 4, 8 e 17*
O programa de capacitação do Enel Compartilha Oportunidade, em parceria com o SENAI e fornecedores da Enel São Paulo que atuam no projeto Smart Meter, certificou 135 alunos em eletricistas de rede. O trabalho integrado com a estratégia de Grids Futurability possibilitou o acesso de pessoas em vulnerabilidade social a conquistarem uma formação de qualidade e oportunidade de trabalho.

Enel Compartilha Consumo Consciente – *ODS 7*
Em setembro, o projeto Enel Compartilha Consumo Consciente realizou palestra sobre o uso eficiente de energia elétrica e troca de lâmpadas para os funcionários do Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo do Sudeste (Aeroporto Congonhas). Essa ação ocorreu na SIPAT com a presença de 136 funcionários e 56 trocas de lâmpadas.

Indicadores ASG - Enel São Paulo

	3T23	3T22
Colaboradores próprios (unit)	3.863	4.441
Colaboradores terceirizados (unit)	11.503	13.034
% de mulheres na Empresa	16,8%	17,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	28,3%	26,0%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	3,07	15,68
Taxa de Rotatividade (2)*	1,8%	4,5%
Número de membros no conselho (unit)	9	9
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	33,3%	33,3%
Beneficiados pelos projetos sociais	391.752	481.955
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	98%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	85%	92%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	9	15
Realização de ECoS Ambiental (4)*	1	1

(1) Lideres: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários
(3) Meta 2023: 12 ; (4) Meta 2023: 1

6 ASPECTOS REGULATÓRIOS

Revisão Tarifária Periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2023, Resolução Homologatória nº 3.215/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia negativo de -4,97% composto por reajuste econômico de +1,90% e componente financeiro de -6,87%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +2,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,24%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	+2,13%
Energia Comprada	+0,93%
Encargos de Transmissão	+2,31%
Parcela A	+5,37%
Parcela B	-3,47%
Revisão Econômica	+1,90%
CVA Total	-2,71%
Outros Itens Financeiros	-4,16%
Revisão Financeira	-6,87%
Revisão Total	-4,97%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+2,73%
Efeito para o consumidor	-2,24%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 7,7%, representando 5,37% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R$ 5.173 milhões. Uma elevação de 9,6%, representando 2,13% na revisão econômica em função principalmente do encargo CDE Eletrobrás (2,18%);
- Energia Comprada: R$ 8.086 milhões. O aumento de 2,5% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa - modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 0,93% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R$ 2.663 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 22,6%, correspondendo a um efeito de 2,31% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -11,4%, representando uma participação de -3,47% na revisão econômica. Ademais, foi homologado o Fator X de 1,90%, composto por:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,01%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,60%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,49%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

(i) Complemento negativo do ativo financeiro da concessão no montante de R$ 76.468 (vide nota explicativa nº 9.1.2 do ITR).
(ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R$ 78.430, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (vide notas explicativas nº 9.1.2 e 9.1.3 do ITR).
(iiI) Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R$ 8.556 (nota explicativa nº9.1.3).

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R$ 1.481.773, dentre os quais destacam-se: R$ 584.862 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R$ 691.840; e negativo de PIS/COFINS de R$ 1.763.409; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da conta de comercialização de Itaipu positivo de R$ 511.009; e previsão de risco hidrológico positivo de R$ 781.639.

A revisão tarifária média de -2,24% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-6,10%
Baixa Tensão	-0,97%
Efeito Médio	-2,24%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R$ 6,5 (patamar 1) e R$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De janeiro a junho de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e no primeiro trimestre de 2023, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04			

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

ANEXO 1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	9M23	9M22	Var. %
Receita Operacional Bruta	**7.420.552**	**7.343.014**	**1,1%**	**22.068.131**	**22.953.394**	**-3,9%**
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	5.457.530	5.345.822	2,1%	15.625.790	16.238.927	-3,8%
CVA	452.064	322.239	40,3%	802.526	1.398.298	-42,6%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	711.108	669.073	6,3%	2.161.322	1.764.531	22,5%
Receita de Construção	402.245	571.346	-29,6%	1.089.814	1.326.975	-17,9%
Outras Receitas	397.605	434.534	-8,5%	2.388.679	2.224.663	7,4%
Deduções da Receita Operacional	**(2.618.658)**	**(2.532.886)**	**3,4%**	**(7.794.529)**	**(9.281.855)**	**-16,0%**
Receita Operacional Líquida	**4.801.894**	**4.810.128**	**-0,2%**	**14.273.602**	**13.671.539**	**4,4%**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	**(2.804.605)**	**(2.753.339)**	**1,9%**	**(7.920.702)**	**(7.946.606)**	**-0,3%**
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.037.132)	(2.052.863)	-0,8%	(5.689.762)	(5.788.676)	-1,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(767.473)	(700.476)	9,6%	(2.230.940)	(2.157.930)	3,4%
Custo/Despesa Operacional	**(1.299.076)**	**(1.290.895)**	**0,6%**	**(3.667.492)**	**(3.514.653)**	**4,3%**
Pessoal	(152.420)	(131.899)	15,6%	(471.846)	(410.556)	14,9%
Material e Serviços de terceiros	(241.646)	(210.655)	14,7%	(731.620)	(724.434)	1,0%
Depreciação e amortização	(225.475)	(193.684)	16,4%	(676.877)	(562.310)	20,4%
Provisões	(139.227)	(116.015)	20,0%	(426.881)	(334.194)	27,7%
Custo de construção	(402.245)	(571.346)	-29,6%	(1.089.814)	(1.326.975)	-17,9%
Outros	(32.038)	(29.539)	8,5%	(51.071)	(43.306)	17,9%
Outras receitas/despesas operacionais	(106.025)	(37.757)	>100,0%	(219.383)	(112.878)	94,4%
EBITDA	**923.688**	**959.578**	**-3,7%**	**3.362.285**	**2.772.590**	**21,3%**
EBIT	**698.213**	**765.894**	**-8,8%**	**2.685.408**	**2.210.280**	**21,5%**
Resultado Financeiro	**(427.070)**	**(392.522)**	**8,8%**	**(1.164.581)**	**(990.790)**	**17,5%**
Receita Financeira	84.213	110.918	-24,1%	526.228	615.255	-14,5%
Despesa Financeira	(510.970)	(501.391)	1,9%	(1.691.825)	(1.606.454)	5,3%
Variações Cambiais	(313)	(2.049)	-84,7%	1.016	409	>100,0%
Resultado antes dos impostos	**271.143**	**373.372**	**-27,4%**	**1.520.827**	**1.219.490**	**24,7%**
IR/CS	**(62.889)**	**(95.920)**	**-34,4%**	**(407.059)**	**(349.810)**	**16,4%**
Lucro/Prejuízo Líquido	**208.254**	**277.452**	**-24,9%**	**1.113.768**	**869.680**	**28,1%**

Notas Explicativas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 30 de setembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	917.581	1.338.169
Títulos e valores mobiliários	**5**	57.798	6.210
Consumidores, revendedores e outros	**6**	3.468.650	3.385.579
Contas a receber - acordos	**6**	454.785	444.980
Créditos a receber - subvenção e outros		110.739	52.791
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	**7**	68.461	-
Outros tributos compensáveis	**7**	1.616.769	1.205.941
Despesas pagas antecipadamente		67.749	56.667
Almoxarifado		27.373	82.759
Serviços em curso		374.101	466.175
Instrumentos financeiros derivativos	**23**	-	68
Outros créditos		418.317	274.397
Total do ativo circulante		**7.582.323**	**7.313.736**
Ativo não circulante			
Consumidores, revendedores e outros	**6**	27.175	23.868
Contas a receber - acordos	**6**	25.177	26.777
Outros tributos compensáveis	**7**	2.573.538	4.113.287
Depósitos vinculados		700.949	857.326
Instrumentos financeiros derivativos	**23**	302.005	112.360
Tributos diferidos	**21**	4.428.359	4.326.662
Outros créditos		57.195	69.238
Investimento		37.018	38.756
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	**9.1.1**	1.384.704	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	**9.1.2**	8.066.274	7.426.895
Imobilizado	**9.2**	199.309	223.487
Intangível	**9.1.3**	3.857.609	3.837.039
Total do ativo não circulante		**21.659.312**	**22.490.274**
Total do ativo		**29.241.635**	**29.804.010**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2023	31.12.2022
Passivo circulante			
Fornecedores	**10**	2.772.199	2.775.495
Empréstimos e financiamentos	**11**	1.155.388	385.405
Debêntures	**12**	481.600	781.662
Obrigações por arrendamentos		51.500	55.424
Subvenções governamentais		180	845
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**7**	-	220.928
Outros tributos a pagar		503.027	478.813
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	**16**	488.101	207.601
Salários, provisões e encargos sociais		126.119	125.647
Encargos setoriais		526.278	548.904
Obrigações com benefícios pós-emprego	**13**	7.002	8.235
Contas a pagar - acordo Eletrobras		64.298	354.801
Provisões para processos judiciais e outros riscos	**14**	181.266	186.069
Reserva de reversão		7.342	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	**23**	271.666	113.617
Outras obrigações		534.170	538.276
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**15**	1.214.460	967.515
Passivo financeiro setorial	**8**	931.392	155.234
Total do passivo circulante		**9.315.988**	**7.911.813**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	**11**	1.788.266	2.667.769
Debêntures	**12**	3.576.838	3.718.906
Obrigações por arrendamentos		161.163	182.822
Subvenções governamentais		-	59
Encargos setoriais		94.542	103.519
Obrigações com benefícios pós-emprego	**13**	7.239.030	6.395.475
Contas a pagar - acordo Eletrobras		-	58.058
Provisões para processos judiciais e outros riscos	**14**	868.951	989.717
Reserva de reversão		16.521	22.028
Instrumentos financeiros derivativos	**23**	222.275	234.906
Outras obrigações		129.490	94.497
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**15**	3.153.806	4.629.959
Passivo financeiro setorial	**8**	274.416	400.693
Total do passivo não circulante		**17.525.298**	**19.498.408**
Patrimônio líquido			
Capital social	**16**	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	**16**	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	**16**	(5.051.226)	(4.229.736)
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		1.078.804	1.078.804
Lucros acumulados		828.050	-
Total do patrimônio líquido		**2.400.349**	**2.393.789**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**29.241.635**	**29.804.010**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Receita líquida	18	4.801.894	14.273.602	4.810.128	13.671.540
Custo do serviço	19	(3.731.092)	(10.591.879)	(3.800.948)	(10.748.396)
Lucro bruto		**1.070.802**	**3.681.723**	**1.009.180**	**2.923.144**
Receitas (Despesas) operacionais					
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	19	(181.243)	(511.009)	(153.049)	(418.067)
Despesas gerais e administrativas	19	(164.306)	(511.285)	(135.814)	(437.230)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(27.040)	25.979	45.577	142.434
Total despesas operacionais		**(372.589)**	**(996.315)**	**(243.286)**	**(712.863)**
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**698.213**	**2.685.408**	**765.894**	**2.210.281**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	84.213	526.228	110.918	615.255
Despesas financeiras	20	(510.970)	(1.691.826)	(501.391)	(1.606.454)
Variações cambiais, líquidas	20	(313)	1.016	(2.049)	409
Total do resultado financeiro		**(427.070)**	**(1.164.582)**	**(392.522)**	**(990.790)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**271.143**	**1.520.826**	**373.372**	**1.219.491**
Imposto de renda e contribuição social					
Contribuição social	21	(10.387)	(24.509)	(15.347)	(43.195)
Imposto de renda	21	(27.957)	(65.994)	(41.489)	(116.883)
Contribuição social diferida	21	(6.497)	(83.794)	(10.358)	(50.223)
Imposto de renda diferido	21	(18.048)	(232.762)	(28.726)	(139.509)
Total dos tributos sobre o lucro		**(62.889)**	**(407.059)**	**(95.920)**	**(349.810)**
Lucro líquido do período		**208.254**	**1.113.767**	**277.452**	**869.681**
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	17	**1,05463**	**5,64027**	**1,40506**	**4,40418**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Lucro líquido do período		**208.254**	**1.113.767**	**277.452**	**869.681**
Outros resultados abrangentes:					
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada		-	(1.174.734)	-	(323.026)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)		-	(7.080)	-	4.817
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	21	-	401.817	-	108.191
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Valor justo de hedge de fluxo de caixa		23.087	4.227	(45.195)	(143.968)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	21	(7.849)	(1.437)	15.367	48.949
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de tributos		**223.492**	**336.560**	**247.624**	**564.644**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucros				
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**3.079.525**	**2.267.883**	**547**	**(4.037.195)**	**196.766**	**-**	**870.778**	**-**	**2.378.304**
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	869.681	869.681
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(318.209)	-	-	-	-	(318.209)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	108.191	-	-	-	-	108.191
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(143.968)	-	-	-	-	(143.968)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	48.949	-	-	-	-	48.949
Transações com os acionistas									
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(870.778)	-	(870.778)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(190.000)	(190.000)
Mutações internas do patrimônio líquido:									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(73.527)	-	-	-	73.527	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	24.999	-	-	-	(24.999)	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	**3.079.525**	**2.267.883**	**547**	**(4.390.760)**	**196.766**	**-**	**-**	**728.209**	**1.882.170**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.079.525**	**2.267.883**	**547**	**(4.229.736)**	**196.766**	**1.078.804**	**-**	**-**	**2.393.789**
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.113.767	1.113.767
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(1.181.814)	-	-	-	-	(1.181.814)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	401.817	-	-	-	-	401.817
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	4.227	-	-	-	-	4.227
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(1.437)	-	-	-	-	(1.437)
Transações com os acionistas:									
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(330.000)	(330.000)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(67.096)	-	-	-	67.096	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	22.813	-	-	-	(22.813)	-
Saldos em 30 de setembro de 2023	**3.079.525**	**2.267.883**	**547**	**(5.051.226)**	**196.766**	**1.078.804**	**-**	**828.050**	**2.400.349**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2023	30.09.2022
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	**1.113.767**	**869.681**
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	676.877	585.345
Variações monetárias	12.805	50.318
Variações cambiais - instrumento derivativo	70.097	37.025
Atualização do ativo financeiro da concessão	(259.818)	(291.466)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	362.852	274.166
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	148.157	144.893
Provisões para processos judiciais e outros riscos	(110.958)	52.773
Atualização Acordo Eletrobras	28.253	54.814
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	501.820	489.164
Juros sobre obrigações de arrendamento	22.195	9.771
Juros sobre operação com instrumento derivativo	387.875	274.393
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	(45.291)	108.424
Benefícios pós-emprego	464.519	449.909
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-	(143)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	73.271	28.075
Tributos e contribuições sociais diferidos	316.556	189.733
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(481.925)	(58.830)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(129.654)	141.003
Outros tributos compensáveis	1.128.921	567.018
Almoxarifado	55.386	16.397
Serviços em curso	92.074	(51.945)
Contas a receber - acordos	(130.819)	(209.496)
Despesas pagas antecipadamente	(11.082)	(4.466)
Outros créditos	(37.543)	(20.499)
Créditos a receber - subvenção e outros	(57.948)	189.212
Ativo financeiro setorial	-	848.033
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(99.010)	(857.137)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(270.428)	(9.417)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(1.229.208)	260.531
Outros tributos a pagar	118.697	14.054
Obrigações sociais e trabalhistas	472	4.704
Encargos setoriais	(22.535)	46.945
Passivo financeiro setorial	649.881	-
Outras obrigações	25.380	(187.549)
	3.363.636	**4.015.433**
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(383.818)	(338.065)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(19.865)	(18.437)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(353.517)	(183.054)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(119.662)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(804.011)	(712.609)
Pagamento de processos judiciais e outros	(105.576)	(89.190)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(376.814)	(394.650)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-	(3)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.320.035**	**2.159.763**
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(1.090.073)	(1.303.962)
Consumidores participação financeira	96.535	108.994
Aplicações em investimento de curto prazo	(51.588)	(2.435)
Resgates de investimento de curto prazo	-	74
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	43.763	(97.271)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(22.445)	(8.632)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(1.023.808)**	**(1.303.232)**
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	343.700	2.130.595
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.014.076)	(1.376.284)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(122.858)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(46.439)	(39.560)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(1.124.894)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(716.815)**	**(533.001)**
Variação no caixa líquido da Companhia	**(420.588)**	**323.530**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.338.169	1.112.302
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	917.581	1.435.832
	(420.588)	**323.530**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2023	30.09.2022
1. Receitas	**21.557.122**	**22.535.328**
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	**22.068.131**	**22.953.395**
Fornecimento de energia elétrica	15.757.640	16.519.050
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	3.504.010	2.950.150
Outras receitas	1.716.667	2.157.220
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.089.814	1.326.975
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(511.009)	(418.067)
2. Insumos adquiridos de terceiros	**(10.596.990)**	**(10.702.948)**
Materiais	(496.394)	(580.210)
Outros custos operacionais	(171.827)	(18.069)
Custo da energia comprada e transmissão	(8.683.811)	(8.710.777)
Serviços de terceiros	(1.244.958)	(1.393.892)
3. Valor adicionado bruto	**10.960.132**	**11.832.380**
4. Retenções	**(710.168)**	**(593.543)**
Depreciação e amortização	(710.168)	(593.543)
5. Valos adicionado líquido produzido pela entidade	**10.249.964**	**11.238.837**
6. Valor adicionado recebido em transferência	**526.228**	**552.440**
Receitas financeiras	526.228	552.440
7. Valor adicionado total a distribuir	**10.776.192**	**11.791.277**
8. Distribuição do valor adicionado	**10.776.192**	**11.791.277**
Empregados (Colaboradores)	**477.121**	**426.238**
Salários e encargos	286.050	292.529
Participacão dos trabalhadores nos lucros e resultados	32.792	(5.416)
Benefícios	133.140	114.421
FGTS	25.139	24.704
Tributos (Governo)	**7.507.564**	**8.947.272**
Federais	**1.320.731**	**1.276.716**
Imposto de renda e contribuição social	407.059	349.810
COFINS	676.057	635.467
PIS	146.650	206.442
INSS	64.155	57.549
Encargos sociais - Outros	26.810	27.448
Estaduais	**3.144.780**	**3.464.238**
ICMS	3.134.100	3.451.999
Outros - Estaduais	10.680	12.239
Municipais	**29.634**	**38.770**
ISS	249	261
IPTU	29.385	38.131
Outros - Municipais	-	378
Encargos setoriais	**3.012.419**	**4.167.548**
CDE - Conta de desenvolvimento energético	2.752.365	2.798.395
Eficiencia energética, P&D, FNDCT e EPE	128.318	119.576
Encargos do consumidor - PROINFA	108.961	104.408
Encargos do consumidor - CCRBT	744	1.123.108
Taxa de fiscalização - ANEEL	22.031	22.061
Remuneração de capitais de terceiros	**1.677.740**	**1.548.086**
Juros	1.690.810	1.543.230
Aluguéis	(13.070)	4.856
Remuneração de capitais próprios	**1.113.767**	**869.681**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(44.283)	(48.528)
Juros sobre capital próprio	330.000	-
Lucros retidos	828.050	918.209

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023 (vide nota explicativa n° 3.1).

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R$ 245.640. O desconto foi concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R$ 2.339 como saldo a ser ressarcido.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R$ 552, para o clico tarifário de 2022 e de mais R$ 8.168, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de julho de 2022 e julho de 2023 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou análise e não houve necessidade de solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 9 de maio de 2022 no montante de R$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 24 de fevereiro de 2023 (últimas demonstrações financeiras anuais). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2 Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 30 de setembro de 2023, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2022, aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1° de janeiro de 2023
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1° de janeiro de 2023

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	31 de dezembro de 2023 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CPC

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Divulgações - Acordos de financiamentos de fornecedores	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	31 de dezembro de 2023 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	31 de dezembro de 2023 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)
IFRS S1 Divulgações Gerais Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelece os requisitos gerais para uma empresa divulgar informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.	31 de dezembro de 2023 (aguardando regulamentação pelos órgãos reguladores locais)
IFRS S2 Climate-related Disclosures - Divulgações relacionadas ao clima	Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima.	31 de dezembro de 2023 (aguardando regulamentação pelos órgãos reguladores locais)
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de Trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	31 de dezembro de 2024 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 27 de junho, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.215/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -4,97% composto por reajuste econômico de +1,90% e componente financeiro de -6,87%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +2,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,24%, sendo -6,10% e -0,97% para alta e baixa tensão.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	+2,13%
Energia Comprada	+0,93%
Encargos de Transmissão	+2,31%
Parcela A	+5,37%
Parcela B	-3,47%
Revisão Econômica	+1,9%
CVA Total	-2,71%
Outros Itens Financeiros	-4,16%
Revisão Financeira	-6,87%
Revisão Total	-4,97%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+2,73%
Efeito para o consumidor	-2,24%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 7,7%, representando 5,37% na revisão econômica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -11,4%, representando uma participação de -3,47% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

a. Custos Operacionais: a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,65% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,55%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.

b. Custo Anual de Ativos: corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -21,23% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -1,73%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do WACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de -17,63% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,80%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,06%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,84%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -19,07% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,35%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

(i) Complemento negativo do ativo financeiro da concessão no montante de R$ 76.468 (nota explicativa nº 9.1.2).
(ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R$ 78.430, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (notas explicativas nº 9.1.2 e 9.1.3).
(iii) Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R$ 8.556 (nota explicativa nº9.1.3).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R$ 1.481.773, dentre os quais destacam-se: R$ 584.862 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R$ 691.840; e negativo de PIS/COFINS de R$ 1.763.409; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da conta de comercialização de Itaipu positivo de R$ 511.009; e previsão de risco hidrológico positivo de R$ 781.639.

3.2. Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Numerário disponível		57.982	72.921
Numerário em trânsito	4.1	126.338	137.053
CDB-DI		733.261	1.128.195
Total		**917.581**	**1.338.169**

4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).
Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 30 de setembro de 2023, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 102,99% e 88,51% do CDI, respectivamente (102,46% e 85,67% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2023	31.12.2022
CDB-DI	57.798	6.210
Total	**57.798**	**6.210**

(a) Fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das quarenta e três cotistas e apresenta 42% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de setembro de 2023 (não há percentual em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período findo em 30 de setembro de 2023. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, em média, a 92,36% do CDI (83,79% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

6.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	30.09.2023
Circulante	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Consumidores - distribuição de energia:									
Residencial	565.148	508.869	78.118	183.437	318.282	1.340.955	2.994.809	(1.473.543)	1.521.266
Industrial	51.757	30.026	1.807	4.073	11.027	89.042	187.732	(88.780)	98.952
Comercial	259.293	68.208	8.733	19.894	35.389	102.624	494.141	(117.049)	377.092
Rural	327	112	6	16	35	256	752	(247)	505
Poderes Públicos	53.648	7.663	1.208	2.746	2.686	2.495	70.446	(3.580)	66.866
Iluminação pública	3.408	3.718	411	825	24.005	6.477	38.844	(544)	38.300
Serviço público	37.978	-	540	23	100	41	38.682	(69)	38.613
Serviço cobráveis	1.505	641	123	264	8	6	2.547	(261)	2.286
Encargos de uso da rede	4.549	-	-	-	-	113	4.662	-	4.662
Receita não faturada	1.302.891	-	-	-	-	-	1.302.891	(13.736)	1.289.155
Particip. Financeira - Consumidor	1.843	86	-	221	202	204	2.556	-	2.556
Concessionárias e permissionárias:									
Ressarcimento - leilões de energia	28.397	-	-	-	-	-	28.397	-	28.397
Total - Circulante	**2.310.744**	**619.323**	**90.946**	**211.499**	**391.734**	**1.542.213**	**5.166.459**	**(1.697.809)**	**3.468.650**
Não Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	27.360	27.360	(185)	27.175
Total - não circulante	-	-	-	-	-	**27.360**	**27.360**	**(185)**	**27.175**
Total - circulante + não circulante	**2.310.744**	**619.323**	**90.946**	**211.499**	**391.734**	**1.569.573**	**5.193.819**	**(1.697.994)**	**3.495.825**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2022
Circulante	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Consumidores Distribuição de energia:									
Residencial	587.131	486.309	82.413	168.761	299.657	1.091.086	2.715.357	(1.102.138)	1.613.219
Industrial	52.004	25.684	2.508	6.227	8.077	45.990	140.491	(212.023)	(71.532)
Comercial	224.344	83.721	8.211	16.233	29.052	89.573	451.134	(85.689)	365.445
Rural	248	203	19	52	50	214	786	(203)	583
Poderes Públicos	51.003	4.152	1.163	476	912	1.920	59.626	(1.614)	58.012
Iluminação pública	27.526	3.209	151	287	6.335	99	37.608	(306)	37.302
Serviço público	34.293	1.357	100	408	17	43	36.220	(255)	35.965
Serviço cobráveis	1.302	685	176	335	3	4	2.506	(326)	2.180
Encargos de uso da rede	-	4.241	-	-	-	113	4.355	-	4.355
Receita não faturada	1.333.189	-	-	-	-	-	1.333.189	(9.281)	1.323.908
Particip. Financeira - Consumidor	2	3.446	25	21	111	198	3.804	-	3.804
Concessionárias e permissionárias:									
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	2.345	-	-	-	-	-	2.345	-	2.345
Ressarcimento - leilões de energia	9.994	-	-	-	-	-	9.994	-	9.994
Total - Circulante	**2.323.382**	**613.008**	**94.768**	**192.801**	**344.214**	**1.229.240**	**4.797.414**	**(1.411.835)**	**3.385.579**
Não Circulante									
Consumidores - distribuição de energia:									
Iluminação pública	-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.080**	**24.080**	**(212)**	**23.868**
Total - circulante + não circulante	**2.323.382**	**613.008**	**94.768**	**192.801**	**344.214**	**1.253.320**	**4.821.494**	**(1.412.047)**	**3.409.447**

6.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Circulante			
Consumidores		1.005.021	912.203
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(550.236)	(467.223)
Saldo líquido de PECLD		**454.785**	**444.980**
Não circulante			
Consumidores		32.973	33.133
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(7.796)	(6.356)
Saldo líquido de PECLD		**25.177**	**26.777**
Total circulante + não circulante		**479.962**	**471.757**

A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 30.09.2023
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	304.993	74.357	658.644	1.037.994
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(34.361)	(20.757)	(502.914)	(558.032)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	**270.632**	**53.600**	**155.730**	**479.962**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 31.12.2022
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	282.334	90.432	572.570	945.336
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.556)	(30.078)	(433.945)	(473.579)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	**272.778**	**60.354**	**138.625**	**471.757**

6.3 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2022	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2023
Consumidores	6.1	(1.412.047)	(396.577)	110.630	(1.697.994)
Contas a receber - acordos	6.2	(473.579)	(122.614)	38.161	(558.032)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(27.440)	15.564	398	(11.478)
Outros créditos		(6.436)	(8.412)	-	(14.848)
Total		**(1.919.502)**	**(512.039)**	**149.189**	**(2.282.352)**
Circulante		(1.912.934)			(2.274.371)
Não circulante		(6.568)			(7.981)
Total		**(1.919.502)**			**(2.282.352)**

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2022
Consumidores	6.1	(1.276.219)	(321.392)	130.499	(1.467.112)
Contas a receber - acordos	6.2	(389.559)	(78.340)	18.498	(449.401)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(4.634)	(18.475)	382	(22.727)
Outros créditos		(5.390)	(852)	-	(6.242)
Total		**(1.675.802)**	**(419.059)**	**149.379**	**(1.945.482)**
Circulante		(1.668.841)			(1.939.106)
Não circulante		(6.961)			(6.376)
Total		**(1.675.802)**			**(1.945.482)**

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2023	30.09.2022
Provisão	(512.039)	(419.059)
Receita com recuperação de perdas	1.030	992
	(511.009)	**(418.067)**

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 30 de setembro de 2023, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	30.09.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
Circulante		
Contribuição social	5.444	3.852
Imposto de renda	1.002	973
Imposto de renda retido na fonte	100.358	-
Total	**106.804**	**4.825**
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Circulante		
Contribuição social	(10.387)	(56.362)
Imposto de renda	(27.956)	(153.624)
Imposto de renda retido na fonte	-	(15.767)
Total	**(38.343)**	**(225.753)**
Total de imposto de renda e contribuição social, líquidos	**68.461**	**(220.928)**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

Outros tributos compensáveis	**30.09.2023**	**31.12.2022**
Circulante		
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	1.358.801	967.515
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	138.264	124.570
ICMS - Compra de créditos	73.621	74.959
COFINS	36.815	31.282
PIS	9.146	7.493
INSS	122	122
Total	**1.616.769**	**1.205.941**
Não circulante		
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	2.495.358	4.019.996
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	78.180	93.291
Total	**2.573.538**	**4.113.287**
Total circulante + não circulante	**4.190.307**	**5.319.228**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Nota	Saldos em 31.12.2022	Diferimentos	Amortização	Escassez Hídrica/ CDE Eletrobrás/ Itaipu	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldos em 30.09.2023	Valores em constituição	Valores em amortização	Passivo circulante	Passivo não circulante
CVA Ativa e Passiva		**526.448**	**(376.101)**	**(724.890)**	**-**	**404**	**(21.171)**	**61.103**	**(534.207)**	**(113.234)**	**(420.973)**	**(470.581)**	**(63.626)**
Energia Itaipu - custo/variação cambial	8.1	417.439	(99.412)	-	-	-	23.642	(361.329)	(19.660)	(19.660)	-	(4.915)	(14.745)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA		54.904	(44.441)	(44.742)	-	-	(1.161)	-	(35.440)	(1.352)	(34.088)	(34.890)	(550)
Transporte de energia pela rede básica		184.265	117.428	(109.659)	-	-	18.306	-	210.340	60.885	149.455	164.675	45.665
Transporte de energia elétrica - Itaipu		34.414	40.379	(22.632)	-	-	3.028	-	55.189	34.176	21.013	29.893	25.296
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.3	248.259	(90.659)	(182.388)	-	-	7.532	-	(17.256)	(20.083)	2.827	(5.340)	(11.916)
Custos de Aquisição de Energia		(416.452)	(369.046)	(215.102)	-	404	(59.521)	422.432	(637.285)	(251.374)	(385.911)	(470.054)	(167.231)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	8.2	3.619	69.650	(150.367)	-	-	(12.997)	-	(90.095)	84.174	(174.269)	(149.950)	59.855
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		**(1.082.376)**	**162.429**	**452.752**	**(64.473)**	**(56.595)**	**(22.235)**	**(61.103)**	**(671.601)**	**(33.588)**	**(638.013)**	**(460.811)**	**(210.790)**
Neutralidade da Parcela A		2.112	(27.812)	7.207	-	-	(1.923)	5.626	(14.790)	31.751	(46.541)	(38.060)	23.270
Sobrecontratação de energia		293.667	111.044	(39.760)	-	(53.033)	11.843	-	323.761	206.644	117.117	175.062	148.699
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(36.425)		36.425	-	-		-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(318.728)	(76.307)	21.606	-	-	(6.693)	-	(380.122)	(54.431)	(325.691)	(86.425)	(293.697)
Risco hidrológico		(767.054)	(512.101)	600.860	-	-	(32.697)	-	(710.992)	(192.112)	(518.880)	(566.908)	(144.084)
Antecipação da parcela B		152.168	-	(152.168)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeira escassez hídrica		273.980	257.002	-		-	27.061	(558.043)	-	-	-	-	-
Outros	8.4	(682.096)	410.603	(21.418)	(64.473)	(3.562)	(19.826)	491.314	110.542	(25.440)	135.982	55.520	55.022
Total		**(555.928)**	**(213.672)**	**(272.138)**	**(64.473)**	**(56.191)**	**(43.406)**	**-**	**(1.205.808)**	**(146.822)**	**(1.058.986)**	**(931.392)**	**(274.416)**

8.1 – Aquisição de energia - (CVA Energia): a variação do diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termoelétricas, e redução da taxa média de câmbio que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 foi de R$ 5,35 e em 30 de setembro de 2023 foi de R$ 4,97.

8.2 - ESS (Encargo de Serviço do Sistema): A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoelétricas fora da ordem de mérito, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

8.3 - CDE: A variação está relacionada a aplicação das novas cotas homologadas que foram maiores em comparação ao ciclo anterior bem como também maior que a cobertura tarifária, conforme resoluções nº 3.175 de 7 de março de 2023 que definiu os novos montantes do ciclo tarifário de 2023 para CDE-USO.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.4 – Outros Itens Financeiros - CDE Eletrobras e Decreto 10.665 Itaipu

i) Constituição de CDE Eletrobras - referentes aos valores aportados de acordo com o Despacho Nº 1.959/2022, de 21 de julho de 2022 no montante total de R$ 521.434. Em julho de 2023 conforme homologado no reajuste tarifário de acordo com a resolução homologatória n. 3.215 o montante corrigido ao longo do período no total de R$ 558.361 foi compensado com os valores recebidos pelos repasses da escassez hídrica conforme despacho N. 1.177 de 3 de maio de 2022, também corrigidos, somando o valor negativo de R$ 615.381 e delta negativo de R$ 57.019 passou a ser amortizado a partir do período de julho de 2023 no valor negativo mensal de R$ 4.376

ii) Constituição Itaipu: conforme a Resolução Normativa nº 3.093/22, de 16 de agosto de 2022 referente ao excedente de recursos da conta de comercialização de Itaipu repassado as distribuidoras no valor de R$ 235.200. Em julho de 2023 conforme homologado no reajuste tarifário de acordo com a resolução homologatória nº. 3.215 o montante foi totalmente compensado com os valores recebidos que tem como base a mesma resolução.

iii) Constituição de CDE Eletrobras - referentes aos valores aportados de acordo com o Despacho Nº 1.120/2023, de 24 de abril de 2023 no montante total de R$ 64.672.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contratos de concessão e imobilizado

9.1 Contrato de concessão público – privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a última realizada em 4 de julho de 2023, vide nota explicativa 3.1.

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Ativo contratual	9.1.1	1.384.704	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	9.1.2	8.144.704	7.426.895
Ativo intangível da concessão	9.1.3	3.779.179	3.837.039
Total dos contratos de concessão público - privado		**13.308.587**	**12.698.513**

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

9.1.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 10,11% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 (1,86% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.242.961**	**(192.182)**	**1.050.779**
Adições		1.435.970	(108.994)	1.326.976
Transferências para intangível da concessão	9.1.3	(564.604)	17.879	(546.725)
Transferências para o ativo financeiro	9.1.2	(591.162)	60.039	(531.123)
Saldos em 30 de setembro de 2022		**1.523.165**	**(223.258)**	**1.299.907**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.463.594**	**(29.015)**	**1.434.579**
Adições		1.182.092	(96.535)	1.085.557
Capitalização de juros de empréstimos		4.257	-	4.257
Transferências para intangível da concessão	9.1.3	(663.032)	56.513	(606.519)
Transferências para o ativo financeiro	9.1.2	(551.845)	38.769	(513.076)
Transferências para o imobilizado não vinculado	9.2	(20.094)	-	(20.094)
Saldos em 30 de setembro de 2023		**1.414.972**	**(30.268)**	**1.384.704**

9.1.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O ativo financeiro indenizável é mensurado pela base de remuneração regulatória (“BRR”), considerando valor novo de reposição (VNR) estabelecido e homologado pelo órgão regulador (“ANEEL”) no processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente.

Entre os períodos de Revisão Tarifária a Companhia, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como fator de atualização da Base de Remuneração.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros.

Em 30 de setembro de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	30.09.2023	30.09.2022
Saldo inicial		**7.426.895**	**6.317.532**
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	9.1.1	513.076	531.123
Baixas	19	(55.085)	(15.873)
Atualização do ativo financeiro da concessão	18	336.286	291.466
Atualização do ativo financeiro da concessão - revisão tarifária *	3.1 e 18	(76.468)	
Reclassificação para ativo intangivel - revisão tarifária **	3.1 e 9.1.3	(78.430)	
Saldo final		**8.066.274**	**7.124.248**

(*) O valor negativo de R$ 76.468 foi reconhecido para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 27 de junho de 2023 (vide nota explicativa nº. 3.1). A contrapartida foi reconhecida como reversão da atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do período (vide nova explicativa nº 18).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(**) O valor de R$ 78.430 foi reclassificado para o ativo intangível, para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 27 de junho de 2023 (vide nota explicativa nº 3.1).

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O aumento do saldo do ativo financeiro indenizável de concessão representa um maior volume de investimentos em expansão, preservação e melhoria de rede que entraram em operação durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

9.1.3 Intangível da concessão

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Ativo intangível da concessão	30.09.2023	31.12.2022
Ativo intangível - custo	9.416.756	8.932.714
Amortização acumulada	(5.559.147)	(5.095.675)
Total do ativo intangível da concessão	**3.857.609**	**3.837.039**

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**9.233.650**	**(977.718)**	**8.255.932**	**(4.431.068)**	**3.824.864**
Adições		16.220	-	16.220	(596.063)	(579.843)
Baixas		(87.695)	-	(87.695)	69.179	(18.516)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	49.817	49.817
Transferências do ativo contratual	9.1.1	564.604	(17.879)	546.725	-	546.725
Saldos em 30 de setembro de 2022		**9.726.779**	**(995.597)**	**8.731.182**	**(4.908.135)**	**3.823.047**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**9.975.932**	**(1.043.218)**	**8.932.714**	**(5.095.675)**	**3.837.039**
Adições		10.569	-	10.569	(717.481)	(706.912)
Baixas		(53.364)	-	(53.364)	45.472	(7.892)
Baixas - revisão tarifária *	3.1	(158.112)	-	(158.112)	149.556	(8.556)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	58.981	58.981
Reclassificação para ativo intangivel - revisão tarifária	3.1	78.430	-	78.430	-	78.430
Transferências do ativo contratual	9.1.1	663.032	(56.513)	606.519	-	606.519
Saldos em 30 de setembro de 2023		**10.516.487**	**(1.099.731)**	**9.416.756**	**(5.559.147)**	**3.857.609**

* Baixas - revisão tarifária: R$ 8.556 foram reconhecidos como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL (nota explicativa nº 3.1).

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

9.2 Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2022	Adição	Depreciação / Amortização	Transferência	30.09.2023
Imobilizado em serviço					
Maquinas e equipamentos	-	-	-	20.094	20.094
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**20.094**	**20.094**
Depreciação acumulada					
Maquinas e equipamentos	-	-	(942)	-	(942)
Subtotal	**-**	**-**	**(942)**	**-**	**(942)**
Total do imobilizado	**-**	**-**	**(942)**	**20.094**	**19.152**
Ativo de direito de uso					
Terrenos	1.213	-	(1.031)	-	182
Imóveis	83.021	5.680	(13.981)	-	74.720
Ativos de tecnologia	1	-	-	-	1
Veículos e outros meios de transporte	139.252	1.715	(35.713)	-	105.254
Subtotal	**223.487**	**7.395**	**(50.725)**	**-**	**180.157**
Total	**223.487**	**7.395**	**(51.667)**	**20.094**	**199.309**

	31.12.2021	Adição / (reversão)	Depreciação / Amortização	Transferência	30.09.2022
Ativo de direito de uso					
Terrenos	2.588	-	(1.031)	-	1.557
Imóveis	161.138	(101.607)	4.203	-	63.734
Ativos de tecnologia	2.375	(50.727)	48.353	-	1
Veículos e outros meios de transporte	97.248	(294)	(28.293)	-	68.661
Total	**263.349**	**(152.628)**	**23.232**	**-**	**133.953**

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Maquinas e equipamentos	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2023:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,25
Imóveis	1,67
Veículos e outros meios de transporte	2,17

10. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores – vide nota explicativa nº 23.1.1.

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Circulante			
Itaipu		193.538	177.979
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		83.920	47.202
Suprimento de energia elétrica		849.242	935.838
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	22	4.408	4.336
Energia livre		80.485	73.216
Encargos de uso de rede elétrica		330.462	309.639
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	22	-	1.482
Total energia		**1.542.055**	**1.549.692**
Materiais e serviços		696.494	732.968
Materiais e serviços - partes relacionadas	22	533.650	492.835
Total - fornecedores		**2.772.199**	**2.775.495**

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de setembro de 2023, o montante destas operações é de R$ 89.130 (R$ 103.936 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado – vide nota explicativa nº 23.1.1.

11.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

				30.09.2023							
				Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional											
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP + 5,00% a.a.	18	8.490	-	8.508			-	8.508
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	8,41% a.a.	6.233	285.231	-	291.464			-	291.464
Total - Moeda nacional				**6.251**	**293.721**	**-**	**299.972**	**-**	**-**	**-**	**299.972**
Moeda estrangeira											
BNP 4131 II	b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	201	222.161	-	222.362	-	-	-	222.362
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	3.795	422.107	-	425.902	-	-	-	425.902
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	1.733	-	-	1.733	199.043	-	199.043	200.776
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	671	-	-	671	281.067	-	281.067	281.738
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 2,07% a.a.	213	195.208	-	195.421	-	-	-	195.421
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	486	-	-	486	389.018	-	389.018	389.504
European Investment Bank I	b.9	2037	USD + 3,76% a.a.	398	-	-	398	118.433	-	118.433	118.831
European Investment Bank II	b.10	2037	USD + 3,61% a.a.	1.527	-	-	1.527	468.770	(401)	468.369	469.896
European Investment Bank III	a.1	2038	USD + 4,51% a.a.	1.415	-	-	1.415	66.941	-	66.941	68.356
European Investment Bank IV	a.2	2038	USD + 4,38% a.a.	5.501	-	-	5.501	265.395	-	265.395	270.896
Total - Moeda estrangeira				**15.940**	**839.476**	**-**	**855.416**	**1.788.667**	**(401)**	**1.788.266**	**2.643.682**
Total - empréstimos e financiamentos				**22.191**	**1.133.197**	**-**	**1.155.388**	**1.788.667**	**(401)**	**1.788.266**	**2.943.654**

				31.12.2022							
				Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)(ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:											
Moeda nacional											
FINEP 2 (i)	b.1	2024	TJLP+5,00	43	13.848		13.891	4.839		4.839	18.730
BNP 4131 IV (ii)	b.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	274.807	-	274.807	274.875
Total - Moeda nacional				**111**	**13.848**	**-**	**13.959**	**279.646**	**-**	**279.646**	**293.605**
Moeda estrangeira											
BNP 4131 II	b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	1.236	-	-	1.236	229.652	-	229.652	230.888
BNP 4131 III	b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.747	-	-	1.747	436.339	-	436.339	438.086
SCOTIABANK 4131 II	b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	580	-	-	580	205.755	-	205.755	206.335
SCOTIABANK 4131 III	b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.607	-	-	2.607	290.545	-	290.545	293.152
MUFG 4131	b.7	2024	USD + 2,07% a.a.	1.310	-	-	1.310	201.791	-	201.791	203.101
SCOTIABANK 4131 IV	b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	2.985	-	-	2.985	402.135	-	402.135	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD		2037	USD + 3,76% a.a.	1.716	-	-	1.716	125.563	-	125.563	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD		2037	USD + 3,61% a.a.	6.584	-	-	6.584	496.766	(423)	496.343	502.927
Total - Moeda estrangeira				**18.765**	**-**	**-**	**18.765**	**2.388.546**	**(423)**	**2.388.123**	**2.406.888**
Total - Empréstimos e financiamentos				**18.876**	**13.848**	**-**	**32.724**	**2.668.192**	**(423)**	**2.667.769**	**2.700.493**
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	c.1	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	-	352.681
Total - Notas promissórias				**47.884**	**305.000**	**(203)**	**352.681**	**-**	**-**	**-**	**352.681**
Total da Dívida				**66.760**	**318.848**	**(203)**	**385.405**	**2.668.192**	**(423)**	**2.667.769**	**3.053.174**

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) Os contratos European Investment Bank (BEI), European Investment Bank (BEI), European Investment Bank (BEI) e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: Para a FINEP a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R$ 19.930, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 1,30%a.a. Para as dívidas do European Investment Bank (BEI) contam com a garantia da Enel SpA com taxas que variam de 0,50% a 0,52%a.a.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	European Investment Bank III	R$ 68.740	Abril de 2023	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de abril de 2026	Abril de 2038	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.2	European Investment Bank IV	R$ 274.960	Abril de 2023	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de abril de 2026	Abril de 2038	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes em 30 de setembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R$ 55.301 R$ 41.448	Agosto de 2014 Novembro de 2017	TJLP - 1% TJLP - 1%	Mensal Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	abril de 2024 abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.2	BNP 4131 II	R$ 250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
b.3	BNP III 4131	R$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
b.4	SCOTIABANK II 4131	R$ 209.000	Maio de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
b.5	BNP IV 4131	R$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
b.6	SCOTIABANK III 4131	R$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
b.7	MUFG 4131	R$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 2,07%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
b.8	SCOTIABANK IV 4131	R$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
b.9	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R$ 134.654	Setembro de 2022	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de
b.10	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R$ 538.616	Setembro de 2022	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R$ 315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	R$ 305.000	Abril de 2023	Reforço de capital de giro

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2023		31.12.2022	
	R$	%	R$	%
Moeda nacional				
CDI	-	0%	352.681	11%
TJLP	8.508	0%	18.730	1%
Taxa fixa	291.464	10%	274.875	9%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.643.682	90%	2.406.888	79%
Total	**2.943.654**	**100%**	**3.053.174**	**100%**

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais.

11.4 Em 30 de setembro de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Empréstimos e financiamentos	Custos a amortizar	Total
2024	-	(7)	(7)
2025	638.535	(31)	638.504
2026	358.721	(31)	358.690
2027	8.682	(31)	8.651
2028 em diante	782.729	(301)	782.428
	1.788.667	**(401)**	**1.788.266**

11.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.09.2023
Indexador	%
CDI (*)	12,65
SELIC (*)	12,75
TJLP (*)	7,00
IPCA (**)	4,61
Dólar (*)	5,01

(*) Índice do último dia do período.
(**) Índice acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final
		Atividade de financiamento									
	31.12.2022	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	30.09.2023
FINEP	18.730	-	(11.102)	(550)	182	524	-	-		724	8.508
BNP II	230.888	-	-	(3.895)	-	2.857	-	(7.488)	-	-	222.362
BNP 4131 III	438.086	-	-	(4.146)	-	6.251	-	(14.289)	-	-	425.902
SCOTIABANK 4131 II	206.335	-	-	(2.246)	-	3.439	-	(6.752)	-	-	200.776
BNP 4131 IV	274.875	-	-	(12.330)	-	18.494	10.425	-	-	-	291.464
SCOTIABANK 4131 III	293.152	-	-	(7.377)	-	5.495	-	(9.531)	-	-	281.739
MUFG 4131	203.101	-	-	(4.130)	-	3.030	-	(6.581)	-	-	195.420
SCOTIABANK 4131 IV	405.120	-	-	(9.411)	-	6.905	-	(13.110)	-	-	389.504
European Investment Bank I	127.279	-	-	(4.955)	-	3.640	(2.705)	(4.428)	-	-	118.831
European Investment Bank II	502.927	-	-	(19.015)	-	13.968	(10.295)	(17.710)	21	-	469.896
European Investment Bank III	-	68.740	-	-	-	1.379	(3.724)	1.961	-	-	68.356
European Investment Bank IV	-	274.960	-	-	-	5.360	(17.267)	7.843	-	-	270.896
Total - Empréstimos e financiamentos	**2.700.493**	**343.700**	**(11.102)**	**(68.055)**	**182**	**71.342**	**(23.566)**	**(70.085)**	**21**	**724**	**2.943.654**
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	352.681	-	(305.000)	(61.034)	-	13.150	-	-		203	-
Total - Notas Promissórias	**352.681**	**-**	**(305.000)**	**(61.034)**	**-**	**13.150**	**-**	**-**	**-**	**203**	**-**
Total da dívida	**3.053.174**	**343.700**	**(316.102)**	**(129.089)**	**182**	**84.492**	**(23.566)**	**(70.085)**	**21**	**927**	**2.943.654**

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final
		Atividade de financiamento									
	31.12.2021	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	30.09.2022
FINEP	31.532	-	(10.985)	(1.080)	122	1.063	-	-		1.393	22.045
BNP II	246.942	-	-	(3.942)	-	2.919	-	(8.376)	-	-	237.543
BNP 4131 III	468.547	-	-	(3.902)	-	6.352	-	(16.060)	-	-	454.937
SCOTIABANK 4131 II	220.681	-	-	(2.321)	-	3.529	-	(7.426)	-	-	214.463
BNP 4131 IV	277.925	-	-	(12.330)	-	18.495	(1.836)	-	-	-	282.254
SCOTIABANK 4131 III	313.580	-	-	(7.549)	-	5.611	-	(10.719)	-	-	300.923
MUFG 4131	217.146	-	-	(3.949)	-	2.938	-	(7.367)	-	-	208.768
SCOTIABANK 4131 IV	433.289	-	-	(9.523)	-	7.054	-	(14.709)	-	-	416.111
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	-	134.654	-	1	-	425	(11.116)	5.527	-	-	129.491
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	-	538.616	-	1	-	1.631	(50.400)	22.109	-	-	511.957
Total - Empréstimos e financiamentos	**2.209.642**	**673.270**	**(10.985)**	**(44.594)**	**122**	**50.017**	**(63.352)**	**(37.021)**	**-**	**1.393**	**2.778.492**
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	(101.160)	(4.171)	-	4.171	-	-	-	-	-
Enel BR II	-	121.367	(121.367)	(4.851)	-	4.851	-	-	-	-	-
Enel BR III	-	80.841	(80.841)	(2.721)	-	2.721	-	-	-	-	-
Enel BR IV	-	353.957	(353.957)	(10.748)	-	10.748	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos com partes relacionadas	**-**	**657.325**	**(657.325)**	**(22.491)**	**-**	**22.491**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	(10.000)	(490)	-	293	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.197	-	-	-	-	987	-	-	-	-	11.184
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.335	-	-	-	-	30.126	-	-	449	(126)	340.784
Total - Notas Promissórias	**330.729**	**-**	**(10.000)**	**(490)**	**-**	**31.406**	**-**	**-**	**449**	**(126)**	**351.968**
Total da dívida	**2.540.371**	**1.330.595**	**(678.310)**	**(67.575)**	**122**	**103.914**	**(63.352)**	**(37.021)**	**449**	**1.267**	**3.130.460**

11.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

- Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

12. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado – vide nota explicativa nº 23.1.1.

12.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

				30.09.2023							
				Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Debêntures	Ref.	Vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 0,80%	37.004	350.000	(1.951)	385.053	350.000	(787)	349.213	734.266
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 4,01%	15.668	-	-	15.668	1.020.804	(9.300)	1.011.504	1.027.172
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	16.293	-	-	16.293	797.266	(21.389)	775.877	792.170
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	41.438	-	-	41.438	575.000	(694)	574.306	615.744
Debêntures - 27ª Emissão (i)	b.5	2032	100% IPCA + 6,14%	23.148	-	-	23.148	889.369	(23.431)	865.938	889.086
Total				**133.551**	**350.000**	**(1.951)**	**481.600**	**3.632.439**	**(55.601)**	**3.576.838**	**4.058.438**

			31.12.2022							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Debêntures	Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% CDI	30.135	697.974	(747)	727.362	-	-	-	727.362
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% CDI + 0,80%	12.187	-	-	12.187	700.000	(4.471)	695.529	707.716
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	2026	100% IPCA + 4,01%	4.955	-	-	4.955	932.877	(11.640)	921.237	926.192
Debêntures - 25ª Emissão (i)	2031	100% IPCA + 4,26%	7.062	-	-	7.062	746.975	(23.505)	723.470	730.532
Debêntures - 26ª Emissão	2028	100% CDI + 1,64%	20.088	-	-	20.088	575.000	(796)	574.204	594.292
Debêntures - 27ª Emissão (i)	2032	100% IPCA + 6,14%	10.008	-	-	10.008	829.945	(25.479)	804.466	814.474
Total			**84.435**	**697.974**	**(747)**	**781.662**	**3.784.797**	**(65.891)**	**3.718.906**	**4.500.568**

(i) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 23.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

12.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Nenhuma movimentação no período.

b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes em 30 de setembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	24ª Emissão (1ª Série) não conversível	R$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	R$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	maio de 2026	
b.2	DEBÊNTURES 25ª EMISSÃO não conversível	R$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060 245.059 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b. 3	DEBÊNTURES 26ª EMISSÃO não conversível	R$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64%	Anual	287.500 287.500	outubro 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro
b. 4	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO não conversível	R$ 800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666 266.666 266.667	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Obtidos em períodos anteriores e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	23ª EMISSAO (2ª série) não conversível	R$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro 2022 setembro 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.

12.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2023		31.12.2022	
	R$	%	R$	%
Moeda nacional				
CDI	1.350.010	33%	2.029.370	45%
IPCA	2.708.428	67%	2.471.198	55%
Total	**4.058.438**	**100%**	**4.500.568**	**100%**

12.4 Em 30 de setembro de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2024	-	(3.327)	(3.327)
2025	350.000	(12.664)	337.336
2026	1.020.804	(8.732)	1.012.072
2027	287.500	(6.506)	280.994
2028 em diante	1.974.135	(24.372)	1.949.763
	3.632.439	**(55.601)**	**3.576.838**

12.5 Movimentações das debêntures:

		Efeito caixa			Efeito não caixa						
	Saldo inicial	Atividade de financiamento									Saldo final
	31.12.2022	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Custos de transações	30.09.2023
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	727.362	-	(697.974)	(101.903)	-	71.770	-	-	745	-	-
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	707.716	-	-	(48.015)	-	72.832	-	-	1.733	-	734.266
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	926.192	-	-	(19.786)	37.375	30.499	50.552	-	2.340	-	1.027.172
Debêntures - 25ª Emissão (i)	730.532	-	-	(17.509)	30.861	26.740	19.431	-	2.115	-	792.170
Debêntures - 26ª Emissão	594.292	-	-	(42.642)	-	63.992	-	-	102	-	615.744
Debêntures - 27ª Emissão (i)	814.474	-	-	(24.874)	30.860	38.014	28.565	-	2.047	-	889.086
Total	**4.500.568**	**-**	**(697.974)**	**(254.729)**	**99.096**	**303.847**	**98.548**	**-**	**9.082**	**-**	**4.058.438**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.09.2023	31.12.2022
Previdência privada		
Obrigação registrada com previdência privada	**7.130.788**	**6.305.702**
FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)		
Valor presente das obrigações atuariais	115.244	98.008
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	**115.244**	**98.008**
Total obrigações com benefícios pós-emprego	**7.246.032**	**6.403.710**
Circulante	7.002	8.235
Não circulante	7.239.030	6.395.475
Total	**7.246.032**	**6.403.710**

13.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Defini–o - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos as contribuições e os pagamentos de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para análise e apreciação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. No encerramento do período findo em 30 de setembro de 2023, a PREVIC não havia concluído a sua análise.

13.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.09.2023	31.12.2022
Confissão de dívida IIa	481.065	391.330
Confissão de dívida IIb	29.397	203.126
Contrato de ajustes de reserva matemática	5.682.186	5.695.931
Total dos contratos	**6.192.648**	**6.290.387**
Diferença entre premissas	938.140	15.315
Total registrado	**7.130.788**	**6.305.702**

13.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

13.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2023, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Não houve avaliação atuarial para o período findo em 30 de setembro de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada para o semestre findo em 30 de junho de 2023, ocasionou um aumento de R$ 1.181.814 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

a) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**6.403.710**	**6.666.506**
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	4.277	5.928
Juros líquidos conforme laudo atuarial	460.220	593.951
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(804.011)	(958.691)
Ajustes de avaliação atuarial	1.181.836	96.016
Saldo final	**7.246.032**	**6.403.710**

b) Despesas reconhecidas no resultado dos períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2023 e 2022:

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Capitalização para infraestrutura em construção	-	500	(310)	(1.089)
Outras contribuições - Contribuição definida	-	(4.118)	1.898	5.736
Despesas nos períodos com entidade de previdência privada	**-**	**(3.618)**	**1.588**	**4.647**
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	-		(2.964)	-
Despesas nos períodos com benefícios pós-emprego	**-**	**(3.618)**	**(1.376)**	**4.647**
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(686.409)	-	331.136	993.404
Rendimento esperado dos ativos do plano	839.816	460.220	(182.647)	(547.940)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	**153.407**	**460.220**	**148.489**	**445.464**
Total das despesas nos períodos	**153.407**	**456.602**	**147.113**	**450.111**

14. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações financeiras referentes ao período findo em 30 de setembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

14.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo						Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2022	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.09.2023	Depósitos vinculados 30.09.2023	Depósitos vinculados 31.12.2022
Processos trabalhistas (a)	**320.224**	54.667	28.806	(57.548)	(26.552)	**319.597**	97.011	102.724
Processos cíveis (b)	**314.848**	66.725	21.163	(38.142)	(29.135)	**335.459**	21.665	13.886
Processos regulatórios (c)	**121.834**	-	5.277	-	(2.914)	**124.197**	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	**173.254**	-	1.435	-	(174.689)	**-**	-	184.532
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	**211.591**	17.873	16.000	-	-	**245.464**	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	**4.725**	213	195	(17)	(2)	**5.114**	800	762
Processos ambientais (e)	**5.416**	740	216	(739)	-	**5.633**	-	-
Outros processos	**8.775**	-	-	-	(11)	**8.764**	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	**1.160.667**	**140.218**	**73.092**	**(96.446)**	**(233.303)**	**1.044.228**	**119.476**	**301.904**
Outras provisões (f)	15.119	-	-	(9.130)	-	**5.989**		
Total	**1.175.786**	**140.218**	**73.092**	**(105.576)**	**(233.303)**	**1.050.217**		
Circulante	186.069					181.266		
Não circulante	989.717					868.951		
Total	**1.175.786**					**1.050.217**		

	Passivo						Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2021	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.09.2022	Depósitos vinculados 30.09.2022	Depósitos vinculados 31.12.2021
Processos trabalhistas (a)	303.668	29.968	20.708	(42.681)	(5.133)	306.530	106.069	116.401
Processos cíveis (b)	257.315	78.791	36.675	(31.202)	(33.175)	308.404	10.921	10.709
Processos regulatórios (c)	131.168		8.242	-	(19.156)	120.254	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	159.535	-	10.809	-	-	170.344	180.282	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	176.245	11.328	12.275	-	-	199.848	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	4.410	78	195	(232)	(1)	4.450	751	715
Processos ambientais (e)	5.126	1.401	262	(1.401)	-	5.388	-	-
Outros processos	8.751	-	17	-	-	8.768	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	**1.046.218**	**121.566**	**89.183**	**(75.516)**	**(57.465)**	**1.123.986**	**298.023**	**296.583**
Outras provisões (f)	34.417	-	-	(13.674)	-	20.743		
Total	**1.080.635**	**121.566**	**89.183**	**(89.190)**	**(57.465)**	**1.144.729**		
Circulante	186.090					186.156		
Não circulante	894.545					958.573		
Total	**1.080.635**					**1.144.729**		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 1.797 processos (1.188 em 31 de dezembro de 2022), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 8 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2022) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 no âmbito judicial e 3 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	33.014	-
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	20.200	10.492
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável.	20.600	59.136
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	4.214	36.364
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	15.446	7.661
			Total	**93.474**	**113.653**

AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 3 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recuso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 o recurso (Agravo Interno) foi rejeitado. Em 13 de novembro de 2022 foi negado seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário. Em 22 de novembro de 2022 a Companhia apresentou Agravo Interno, tendo sido negado provimento em 16 de junho de 2023. Em 22 de junho de 2023 a Companhia apresentou embargos de declaração contra a decisão, ao qual foi negado provimento. Em 19 de setembro de 2023 apresentamos novos embargos de declaração em razão da omissão apresentada na decisão em relação à não incidência de honorários advocatícios, pelo descabimento dessa verba, em sede de mandado de segurança. A Companhia aguarda o julgamento de tal recurso.

O montante de R$ 113.653 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiencia na identificação da gravidade e extensão de danos causados causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	14.824	3.188
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiencia na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	14.138	3.611
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento ou Atendimento DEC e FEC 2021	Aguardando decisão	-	62.358
			Outros	**1.764**	**-**
			Total	**30.726**	**69.157**

O Auto de Infração - AI nº 12/2022 - Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade do fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R$ 95.872. Entretanto, no dia 3 de agosto de 2022 foi apresentado interposição de recurso, e aguarda manifestação da ANEEL. Em 13 de março de 2023, pelo Memorando nº 42/2023-SFE/ANEEL5, a SFE apresentou a reavaliação do Recurso Administração com a recomendação da desconsideração da reincidência e a concessão de um abrandamento discricionário de 25%. Adicionalmente, a Superintendência sugeriu a alteração da penalidade de multa aplicada do valor de R$ 95.872 para o valor de R$ 53.701. Para o referido AI, nenhum montante foi provisionado.

O montante de R$ 69.157 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário. Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto e a decisão está sendo replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em fevereiro de 2023 foi efetivada a conversão em renda da União Federal dos valores depositados e o processo encerrado.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

14.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

		Valor estimado da contingência	
		30.09.2023	31.12.2022
	Processos cíveis	**1.565.203**	**1.275.185**
	Processos cíveis diversos	1.565.203	1.275.185
	Ações Anulatórias – multas de trânsito	15.595	20.059
	Autos de Infração – Fundação Procon – SP	28.580	23.962
	Execuções fiscais – multa postural	179.898	282.863
(c.1)	Ação de cobrança - CTEEP	275.570	5
	Outros processos cíveis	1.065.560	948.301
	Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
	Processos regulatórios	**1.817.878**	**1.943.660**
	Devolução tarifária - Base Blindada	1.291.182	1.358.173
	Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	210.896	201.366
	Autos de Infração - Indicadores de continuidade	120.725	114.577
	Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	104.190	99.603
(a.1)	Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	99.844
	Outros processos regulatórios	90.885	70.097
	Processos fiscais	**4.247.291**	**3.970.604**
	CSLL – base negativa	168.488	162.687
	Execuções fiscais municipais – diversas	181.924	107.325
	PIS – Estatuto da decadência	257.928	252.339
	COFINS – anistia	170.887	167.557
	COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
	Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	215.746	205.400
	Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	189.257	182.433
	PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	711.077	690.878
	FINSOCIAL	253.076	242.693
	PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	180.548	172.298
	Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	199.054	187.735
	Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	230.492	212.452
	Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanascentes	83.302	78.060
(b.1)	Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	299.145	277.589
	Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	52.991	48.092
	IRPJ/CSLL - Goodwill	830.039	772.666
	Outros processos fiscais	57.078	54.885
	Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST	95.473	84.729
	Processos trabalhistas	**681.718**	**815.109**
	Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
	Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	103.223	121.325
	Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	63.698	61.812
	Contribuição Previdenciária – SAT	53.725	49.892
	Outros processos trabalhistas	461.072	582.080
	Total dos processos com probablidade de perda classicada como possível	**8.312.090**	**8.004.559**

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 19.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(a) Processos regulatórios:

(a.1) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em fevereiro de 2002. Em 26 de maio de 2022, o Recurso Especial interposto pela ANEEL foi desprovido. Em 23 de agosto de 2022, a ANEEL entrou com Agravo Interno. Em 04 de novembro de 2022 o STJ negou provimento ao Agravo Interno da ANEEL. Em 13 de fevereiro de 2023 a decisão favorável à Companhia transitou em julgado, razão pela qual foi retirado nesse período.

(b) Processos fiscais:

(b.1) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos. Em junho de 2023. um dos autos de infração, no valor de R$ 23.041, foi encerrado parcialmente favorável à Companhia. Aguarda-se a intimação da Fazenda com o cancelamento de parte do auto para se verificar o valor remanescente e se prosseguir com a discussão na esfera judicial.

PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Em junho de 2023 foi proferida decisão favorável em um mandado de segurança que abarca duas execuções fiscais sobre o tema, no valor de R$ 142.387, no sentido de afastar a decisão administrativa que não havia reconhecido o direito creditório e de que o tema deve ser novamente julgado na esfera administrativa. A Fazenda apresentou embargos de declaração e aguarda-se julgamento.

(c) Processos cíveis:

(c.1) Ação de cobrança CTEEP – Em 16 de março de 2021, a Companhia ajuizou ação de cobrança contra CTEEP pelo valor histórico de R$1.500.000, que atualmente perfaz R$2.100.000, cuja origem é uma dívida perante Eletrobras (contraída anteriormente à privatização) e que foi objeto de acordo pela Companhia em 2018, ressalvado seu direito de cobrança perante o efetivo devedor (CTEEP). No entendimento da Companhia e de seus assessores legais e pareceristas contratados, por força da cisão da Companhia ocorrida em 1998, e previamente à sua privatização, a dívida em questão foi transferida para a Empresa Paulista de Transmissão – EPTE (antecessora da CTEEP), nos termos do protocolo de cisão de 22 de dezembro de 1997, sendo assim da CTEEP a responsabilidade pelo débito. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, cuja sentença até o momento foi mantida em segunda instância, fixadas as verbas de sucumbência em 13% sobre o valor atualizado da ação, o que corresponderia a R$ 275.570 em 30 de setembro de 2023. Em 11 de outubro de 2023, a Companhia apresentou o recurso cabível contra a mencionada decisão. A possibilidade de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

15. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R$ 1.625.000. O total já devolvido aos consumidores foi de R$ 3.403.841.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2023 o total compensado de R$ 3.948.789 (R$ 2.544.277 em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	7	1.358.801	967.515
Ativo não circulante	7	2.495.358	4.019.996
Total Ativo		**3.854.159**	**4.987.511**
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante		1.214.460	967.515
Passivo não circulante		3.153.806	4.629.959
Total Passivo		**4.368.266**	**5.597.474**

	30.09.2023	30.09.2022
Receita financeira		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	271.210	260.532
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(271.210)	(260.532)
Efeito líquido no resultado antes de IRCS	**-**	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**5.931.750**	**7.140.284**
Atualização	260.531	260.531
Compensações	(916.827)	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	**5.275.454**	**7.400.815**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.987.511**	**5.597.474**
Adições		
Atualização	271.210	271.210
Compensações	(1.404.562)	-
Devolução aos consumidores	-	(1.500.418)
Saldos em 30 de setembro de 2023	**3.854.159**	**4.368.266**

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado é de R$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R$ 3.079.525, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição acionária

	30.09.2023		31.12.2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
Acionista:	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A.	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	**197.466.862**	**100,00**	**197.466.862**	**100,00**

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva legal é R$ 196.766

d) Reserva especial gerada por incorporações

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 21.

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Reserva especial - gerada por incorporações	**21**	2.267.884	2.267.884
Outras reservas de capital		546	546
Total		**2.268.430**	**2.268.430**

e) Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Ajuste de avaliação patrimonial		861.547	928.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**21**	(292.925)	(315.740)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		**568.622**	**612.903**
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(8.414.715)	(7.239.980)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		21.433	28.514
Outros resultados abrangentes - derivativos	**21**	(121.639)	(125.866)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.895.073	2.494.693
Outros resultados abrangentes, líquido		**(5.619.848)**	**(4.842.639)**
Total registrado no patrimônio líquido		**(5.051.226)**	**(4.229.736)**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de março de 2023 foi deliberado e aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) calculada até março de 2023, no montante de R$ 120.000, cujo pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de junho de 2023 foi deliberado e aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) calculada até junho de 2023, no montante de R$ 120.000, cujo pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2023.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de setembro de 2023 foi deliberado e aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) calculada até setembro de 2023, no montante de R$ 90.000, cujo pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2023.

Em 30 de setembro de 2023, os valores aprovados para pagamento de juros sobre o capital próprio, deduzidos do imposto de renda incidente sobre a operação (15%), não foram pagos e se encontram provisionados no balanço na rubrica de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

17. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022:

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Numerador:				
Lucro líquido do período	208.255	1.113.768	277.452	869.681
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R$)	**1,05463**	**5,64027**	**1,40506**	**4,40418**

Não houve movimentação de ações nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receita líquida

(a) No trimestre:

	01.07.2023 a 30.09.2023			01.07.2022 a 30.09.2022		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R$
Transferência para atividades de distribuição						
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.384.123	4.270.720	3.288.705	7.302.270	4.157.386	3.189.238
Industrial	24.775	477.901	352.342	25.003	516.895	371.005
Comercial	419.457	1.921.109	1.527.423	415.970	1.957.719	1.534.025
Rural	587	8.271	3.243	591	7.953	2.899
Poder público	15.591	263.911	178.901	16.050	261.892	175.406
Iluminação pública	1.260	125.409	57.995	1.166	19.092	11.268
Serviço público	1.355	71.357	48.921	1.415	98.083	61.981
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.965.994)	-	-	(2.951.431)
Subtotal - fornecimento	**7.847.148**	**7.138.678**	**2.491.536**	**7.762.465**	**7.019.020**	**2.394.391**
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	69.191	-	-	170.613
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.965.994	-	-	2.951.431
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	3.731	3.259.976	711.108	3.173	3.128.392	669.073
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(18.022)	-	-	(13.958)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	683.602	16.741	-	605.181	41.907
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	8.191
Receita de construção	-	-	402.245	-	-	571.346
Aluguel de poste	-	-	52.792	-	-	52.464
Outras receitas	-	-	12.454	-	-	12.947
Total receitas - originadas de contratos com clientes	**7.850.879**	**11.082.256**	**6.704.039**	**7.765.638**	**10.752.593**	**6.858.405**
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	236.360	-	-	209.339
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	452.064	-	-	322.239
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	28.089	-	-	(46.969)
Total outras receitas	**-**	**-**	**716.513**	**-**	**-**	**484.609**
Receita operacional bruta	**7.850.879**	**11.082.256**	**7.420.552**	**7.765.638**	**10.752.593**	**7.343.014**
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(43.343)	-	-	(42.451)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(985.960)	-	-	(920.174)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(12.210)	-	-	(43.327)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(291)	-	-	4.748
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(6.255)	-	-	(7.888)
ICMS	-	-	(1.017.776)	-	-	(978.567)
COFINS - corrente	-	-	(454.123)	-	-	(447.944)
PIS - corrente	-	-	(98.618)	-	-	(97.203)
ISS	-	-	(82)	-	-	(80)
Total das deduções da receita operacional bruta	**-**	**-**	**(2.618.658)**	**-**	**-**	**(2.532.886)**
Receita líquida	**7.850.879**	**11.082.256**	**4.801.894**	**7.765.638**	**10.752.593**	**4.810.128**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) No período de nove meses:

	01.01.2023 a 30.09.2023			01.01.2022 a 30.09.2022		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.384.123	12.796.778	9.413.870	7.302.270	12.331.634	9.039.708
Industrial	24.775	1.410.893	875.733	25.003	1.530.082	1.194.422
Comercial	419.457	6.091.257	4.544.374	415.970	6.093.123	5.073.269
Rural	587	24.592	8.506	591	24.108	8.800
Poder público	15.591	829.646	508.761	16.050	807.977	579.103
Iluminação pública	1.260	372.517	156.872	1.166	263.755	146.075
Serviço público	1.355	248.669	117.674	1.415	283.013	197.550
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(9.624.576)	-	-	(8.000.601)
Subtotal - fornecimento	**7.847.148**	**21.774.352**	**6.001.214**	**7.762.465**	**21.333.692**	**8.238.326**
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	1.302.891	-	-	1.248.234
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	9.624.576	-	-	8.000.601
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	3.731	9.883.684	2.161.322	3.173	9.525.929	1.764.531
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(70.312)	-	-	(56.236)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	683.602	51.475	-	1.324.051	69.070
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	22.268
Receita de construção	-	-	1.089.814	-	-	1.326.975
Aluguel de poste	-	-	156.709	-	-	143.297
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	-	83
Outras receitas	-	-	33.775	-	-	39.026
Total receitas - originadas de contratos com clientes	**7.850.879**	**32.341.638**	**20.351.464**	**7.765.638**	**32.183.672**	**20.796.175**
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	654.323	-	-	467.457
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	802.526	-	-	1.398.298
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	259.818	-	-	291.465
Total outras receitas	**-**	**-**	**1.716.667**	**-**	**-**	**2.157.220**
Receita operacional bruta	**7.850.879**	**32.341.638**	**22.068.131**	**7.765.638**	**32.183.672**	**22.953.395**
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(128.318)	-	-	(119.576)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(2.752.365)	-	-	(2.798.395)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(108.961)	-	-	(104.408)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(744)	-	-	(1.123.108)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(22.031)	-	-	(22.061)
ICMS	-	-	(3.134.100)	-	-	(3.451.586)
COFINS - corrente	-	-	(1.353.939)	-	-	(1.309.650)
PIS - corrente	-	-	(293.822)	-	-	(352.810)
ISS	-	-	(249)	-	-	(261)
Total das deduções da receita operacional bruta	**-**	**-**	**(7.794.529)**	**-**	**-**	**(9.281.855)**
Receita líquida	**7.850.879**	**32.341.638**	**14.273.602**	**7.765.638**	**32.183.672**	**13.671.540**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

(a) No trimestre:

		01.07.2023 a 30.09.2023				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	(2.037.132)	-	-	-	(2.037.132)
Encargos do uso do sistema de transmissão	19.1	(767.473)	-	-	-	(767.473)
Pessoal e administradores		(121.479)	-	(30.941)	-	(152.420)
Entidade de previdência privada	13	(1.312)	-	(396)	-	(1.708)
Serviços de terceiros		(167.561)	-	(54.968)	-	(222.529)
Material		(19.837)	-	720	-	(19.117)
Custo de construção	19	(402.245)	-	-	-	(402.245)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	(116.814)	-	-	(116.814)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(64.429)	-	-	(64.429)
Provisão para processos judiciais e outros	14	(453)	-	(21.960)	-	(22.413)
Depreciação e amortização	9	(168.714)	-	(56.761)	-	(225.475)
Receita de multas por impontualidade de clientes	19.2	-	-	-	34.099	34.099
Outras receitas (despesas) operacionais	19.2	(44.886)	-	-	(61.139)	(106.025)
Total		**(3.731.092)**	**(181.243)**	**(164.306)**	**(27.040)**	**(4.103.681)**

		01.07.2022 a 30.09.2022				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	(2.052.863)	-	-	-	(2.052.863)
Encargos do uso do sistema de transmissão	19.1	(700.476)	-	-	-	(700.476)
Pessoal e administradores		(107.105)	-	(24.794)	-	(131.899)
Entidade de previdência privada	13	(1.272)	-	(315)	-	(1.587)
Serviços de terceiros		(182.369)	-	(45.118)	-	(227.487)
Material		16.866	-	(34)	-	16.832
Custo de construção	19	(571.346)	-	-	-	(571.346)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(94.035)	-	-	(94.035)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(59.014)	-	-	(59.014)
Provisão para processos judiciais e outros	14	(270)	-	(21.710)	-	(21.980)
Depreciação e amortização	9	(149.841)	-	(43.843)	-	(193.684)
Receita de multas por impontualidade de clientes	19.2	-	-	-	31.062	31.062
Outras receitas (despesas) operacionais	19.2	(52.272)	-	-	14.515	(37.757)
Total		**(3.800.948)**	**(153.049)**	**(135.814)**	**45.577**	**(4.044.234)**

(b) No período de nove meses:

		01.01.2023 a 30.09.2023				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	(5.689.762)	-	-	-	(5.689.762)
Encargos do uso do sistema de transmissão	19.1	(2.230.940)	-	-	-	(2.230.940)
Pessoal e administradores		(374.117)	-	(97.729)	-	(471.846)
Entidade de previdência privada	13	(4.125)	-	(1.177)	-	(5.302)
Serviços de terceiros		(515.591)	-	(171.474)	-	(687.065)
Material		(45.938)	-	1.383	-	(44.555)
Custo de construção	19	(1.089.814)	-	-	-	(1.089.814)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	-	(362.852)	-	-	(362.852)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(148.157)	-	-	(148.157)
Provisão para processos judiciais e outros	14	(1.029)	-	(63.000)	-	(64.029)
Depreciação e amortização	9	(497.589)	-	(179.288)	-	(676.877)
Receita de multas por impontualidade de clientes	19.2	-	-	-	102.388	102.388
Outras receitas (despesas) operacionais	19.2	(142.974)	-	-	(76.409)	(219.383)
Total		**(10.591.879)**	**(511.009)**	**(511.285)**	**25.979**	**(11.588.194)**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		01.01.2022 a 30.09.2022				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	(5.788.676)	-	-	-	(5.788.676)
Encargos do uso do sistema de transmissão	19.1	(2.157.930)	-	-	-	(2.157.930)
Pessoal e administradores		(323.280)	-	(87.276)	-	(410.556)
Entidade de previdência privada	13	(3.684)	-	(963)	-	(4.647)
Serviços de terceiros		(558.495)	-	(163.085)	-	(721.580)
Material		(4.070)	-	1.216	-	(2.854)
Custo de construção	19	(1.326.975)	-	-	-	(1.326.975)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(273.174)	-	-	(273.174)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(144.893)	-	-	(144.893)
Provisão para processos judiciais e outros	14	(6.836)	-	(54.184)	-	(61.020)
Depreciação e amortização	9	(429.372)	-	(132.938)	-	(562.310)
Receita de multas por impontualidade de clientes	19.2	-	-	-	106.234	106.234
Outras receitas (despesas) operacionais	19.2	(149.078)	-	-	36.200	(112.878)
Total		**(10.748.396)**	**(418.067)**	**(437.230)**	**142.434**	**(11.461.259)**

19.1 Custo do serviço de energia elétrica

a) Energia elétrica comprada para revenda

		MWh (*)		R$			
Energia elétrica comprada para revenda:	Nota	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Itaipu		5.421.068	5.626.583	(566.587)	(1.297.441)	(591.437)	(1.650.176)
ANGRA 1 e 2		1.049.980	813.414	(119.502)	(354.761)	-	-
Compra - CCEAR		14.194.355	-	(1.093.668)	(3.394.654)	(1.546.106)	(4.397.603)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	22	137.602	142.591	(11.935)	(35.213)	(11.704)	(32.940)
Quotas de garantia física		5.527.706	5.704.810	(274.566)	(856.603)	-	-
Risco hidrológico		-	15.026.403	(56.906)	(74.221)	-	-
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	944	32.209	(343)	62.984
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	190.817	535.781	193.255	544.217
Subtotal		**26.330.711**	**27.313.801**	**(1.931.403)**	**(5.444.903)**	**(1.956.335)**	**(5.473.518)**
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		489.086	499.680	(105.730)	(244.859)	(96.528)	(315.158)
Total		**26.819.797**	**27.813.481**	**(2.037.133)**	**(5.689.762)**	**(2.052.863)**	**(5.788.676)**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição:	Nota	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Uso da rede básica		(551.581)	(1.543.813)	(502.539)	(1.361.138)
Uso da rede básica - partes relacionadas	22	-	(4.465)	(4.637)	(13.072)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(177.328)	(601.426)	(164.612)	(739.871)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(80.119)	(190.917)	(58.295)	(153.532)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(7.472)	(24.828)	(10.569)	(25.557)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(3.730)	(11.212)	(3.191)	(9.596)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(25.471)	(81.607)	(28.032)	(75.118)
(-) Créditos de PIS/COFINS		78.228	227.328	71.399	219.954
Total		**(767.473)**	**(2.230.940)**	**(700.476)**	**(2.157.930)**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Ganhos (perdas) líquidos(as) na alienação de bens e direitos		(14.749)	(33.489)	(617)	1.457
Arrendamentos e aluguéis		9.476	20.195	2.146	4.098
Seguros		(3.735)	(10.375)	(780)	(141)
Tributos		(10.331)	(35.732)	(18.163)	(42.170)
Doações, contribuições e patrocínios		(1.724)	(5.409)	(1.126)	(3.041)
Tarifa bancária		(12.780)	(38.700)	(14.262)	(42.697)
Publicidade		(111)	(190)	(29)	(383)
Perdas na desativação de bens e direitos		(10.225)	(18.061)	53	(3.538)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(4.227)	(11.640)	(6.386)	(17.613)
Baixa do ativo financeiro da concessão	9.2	(42.000)	(55.085)	(1.685)	(15.872)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(1.979)	(6.738)	(2.409)	(8.296)
Despesas Indedutíveis		(226)	(1.038)	(546)	(1.262)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		34.367	103.544	31.462	109.290
Penalidades - devoluções a consumidores		(5.471)	(7.321)	(2.295)	(3.345)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(268)	(1.156)	(400)	(3.056)
Taxa de contribuição CCEE		823	2.530	(847)	(2.566)
Outros		(8.767)	(18.330)	9.189	22.491
Total		**(71.927)**	**(116.995)**	**(6.695)**	**(6.644)**

20. Resultado financeiro

	Nota	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		62.824	215.993	18.966	46.376
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	19.1	11.978	36.081	10.648	56.481
Subvenções governamentais		184	724	416	1.393
Atualização de créditos tributários		24	71	4.128	5.029
Atualização monetária dos depósitos judiciais		15.908	47.877	21.492	56.472
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	8	(39.083)	30.123	21.941	273.006
Ajuste ao valor de mercado - debêntures		16.440	33.988	63.978	126.575
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		2.305	109.735	-	-
Juros swap - taxa de juros		-	2	(38.207)	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		6.177	21.033	3.805	7.694
Outras receitas financeiras		13.408	48.480	6.403	51.277
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(5.952)	(17.879)	(2.652)	(9.048)
Subtotal		**84.213**	**526.228**	**110.918**	**615.255**
Despesas financeiras					
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(127.823)	(397.645)	(160.135)	(441.487)
Variação monetária - derivativos		(9.026)	(99.096)	21.266	(76.230)
Juros swap - empréstimos em moeda estrangeira		(124.687)	(288.781)	(102.310)	(198.191)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(8.614)	(22.195)	(3.848)	(9.771)
Subvenções governamentais		(184)	(724)	(417)	(1.394)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(3.575)	(9.068)	(4.554)	(14.169)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	9.1.1	1.398	5.767	(18.432)	(8.346)
Cartas de fiança e seguros garantia		(12.391)	(29.346)	(7.640)	(39.415)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(22.550)	(74.270)	(24.191)	(89.183)
Atualização monetária - energia livre		(2.511)	(7.269)	(2.272)	(5.790)
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	8	(20.095)	(90.148)	(18.359)	(62.815)
Atualização acordo Eletrobras		(2.163)	(28.253)	(13.862)	(54.814)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	13	(153.407)	(460.220)	(148.489)	(445.464)
Comissão de fiança - partes relacionadas	22	(1.938)	(4.993)	(649)	(2.131)
Outras despesas financeiras		(2.559)	(11.989)	23.981	(17.689)
Variação monetária - empréstimos		(26)	(182)	(60)	(122)
Ajuste ao valor de mercado - debêntures		6.514	(108.970)	6.748	(91.275)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		(27.333)	(64.444)	(48.168)	(48.168)
Subtotal		**(510.970)**	**(1.691.826)**	**(501.391)**	**(1.606.454)**
Variações cambiais, líquidas					
Variações cambiais - Empréstimos		(102.753)	70.085	(83.562)	37.017
Variações cambiais - Swap Empréstimos		102.752	(70.097)	83.559	(37.025)
Variações cambiais - outras		(312)	1.028	(2.046)	417
Subtotal		**(313)**	**1.016**	**(2.049)**	**409**
Total do resultado financeiro		**(427.070)**	**(1.164.582)**	**(392.522)**	**(990.790)**

20.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre:

	01.07.2023 a 30.09.2023		01.07.2022 a 30.09.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(27.957)	(10.387)	(41.489)	(15.347)
Diferidos	(18.048)	(6.497)	(28.726)	(10.358)
Total	**(46.005)**	**(16.884)**	**(70.215)**	**(25.705)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	**271.143**	**271.143**	**373.372**	**373.372**
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(90.000)	(90.000)	(90.000)	(90.000)
Doações	254	254	198	198
Gratificação a administradores	(2.346)	(2.346)	317	317
Perdas indedutíveis no contas a receber	845	845	712	712
Multas indedutíveis	7.284	7.284	171	171
Despesas indedutíveis	226	226	546	546
Salário maternidade e paternidade	198	198	113	113
Total das adições	**(83.539)**	**(83.539)**	**(87.943)**	**(87.943)**
Base de cálculo	**187.604**	**187.604**	**285.429**	**285.429**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	**(46.901)**	**(16.884)**	**(71.357)**	**(25.688)**
Incentivos	891	-	1.136	-
Compensação de base de cálculo	5	-	6	-
Outros	-	-	-	(17)
Total da despesa com tributos	**(46.005)**	**(16.884)**	**(70.215)**	**(25.705)**
Alíquota efetiva	**16,97%**	**6,23%**	**18,81%**	**6,88%**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No período de nove meses:

	01.01.2023 a 30.09.2023		01.01.2022 a 30.09.2022	
Composição dos tributos no resultado:	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(65.994)	(24.509)	(116.883)	(43.195)
Diferidos	(232.762)	(83.794)	(139.509)	(50.223)
Total	**(298.756)**	**(108.303)**	**(256.392)**	**(93.418)**
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	**1.520.826**	**1.520.826**	**1.219.491**	**1.219.491**
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(330.000)	(330.000)	(190.000)	(190.000)
Doações	908	908	1.498	1.498
Gratificação a administradores	(1.311)	(1.311)	1.411	1.411
Perdas indedutíveis no contas a receber	3.780	3.780	3.494	3.494
Perdas na baixa de bens e direitos	267	267	-	-
Multas indedutíveis	7.415	7.415	462	462
Despesas indedutíveis	1.049	1.049	1.262	1.262
Salário maternidade e paternidade	435	435	365	365
Total das adições	**(317.457)**	**(317.457)**	**(181.508)**	**(181.508)**
Base de cálculo	**1.203.369**	**1.203.369**	**1.037.983**	**1.037.983**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	**(300.842)**	**(108.303)**	**(259.496)**	**(93.418)**
Incentivos	2.069	-	3.387	-
Compensação de base de cálculo	17	-	12	-
IRPJ_CSLL sobre Selic dos indébitos	-	-	(295)	-
Total da despesa com tributos	**(298.756)**	**(108.303)**	**(256.392)**	**(93.418)**
Alíquota efetiva	**19,6%**	**7,1%**	**21,0%**	**7,7%**

b) Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

b.1) Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	30.09.2023	31.12.2022
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.616.422	2.460.982
Benefício fiscal das incorporações	1.811.937	1.865.680
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos	**4.428.359**	**4.326.662**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.2) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanço patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.366.671	2.011.368	(46.514)	(87.175)	401.817	108.191
Provisões para processos judiciais e outros riscos	293.491	339.182	(45.691)	22.569	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.192.130	1.035.031	157.099	126.702	-	-
Provisão para materiais e serviços	107.495	189.022	(81.527)	21.400	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	715.119	754.800	(39.681)	13.872	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	33.368	38.637	(5.269)	(5.269)	-	-
Provisão para o fundo de transição	2.447	8.077	(5.630)	-	-	-
Provisão FGTS - PIA programa incentivo à aposentadoria (multa 40%)	39.183	33.323	5.860	(5.603)	-	-
Arrendamento mercantil CPC 06	7.268	5.018	2.250	(1.648)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	41.357	42.794	-	-	(1.437)	-
Outros	13.265	22.324	(9.059)	(6.716)	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	**4.811.794**	**4.479.576**	**(68.162)**	**78.132**	**400.380**	**108.191**
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(292.926)	(315.739)	22.813	24.999	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(790.293)	(701.955)	(88.338)	(99.098)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(65.226)	(69.417)	4.191	(16.961)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	-	12.172	-	48.949
Swap	(10.617)	(22.533)	11.916	(122.580)	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(1.005.261)	(882.223)	(123.038)	(1.325)	-	-
Outros	(31.049)	(26.727)	(4.322)	-	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	**(2.195.372)**	**(2.018.594)**	**(176.778)**	**(202.793)**	**-**	**48.949**
Ativo fiscal diferido, líquido	**2.616.422**	**2.460.982**	**(244.940)**	**(124.661)**	**400.380**	**157.140**
Juros mora (b.2.1)	**-**	**-**	**(17.873)**	**(11.328)**	**-**	**-**
Realização do benefício fiscal das incorporações			(53.743)	(53.743)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			**(316.556)**	**(189.732)**		

b.2.1) O imposto de renda e contribuição social diferido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, no montante de R$ 17.873 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

b.3) Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2023			31.12.2022
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(302.617)	199.727	(102.890)	(91.458)
Subtotal	**212.953**	**(140.548)**	**72.405**	**83.837**
Brasiliana Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(180.817)	119.339	(61.478)	(54.647)
Subtotal	**127.241**	**(83.980)**	**43.261**	**50.092**
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(537.750)	352.462	(185.288)	(149.808)
Subtotal	**5.612.567**	**(3.916.296)**	**1.696.271**	**1.731.751**
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	**5.952.761**	**(4.140.824)**	**1.811.937**	**1.865.680**

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

b.3.1) Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.09.2023	30.09.2022
Saldo inicial	**4.326.662**	**4.508.956**
Impacto no resultado do período	(316.556)	(189.732)
Impacto no resultado do período - juros moratórios (b.2.1)	17.873	11.328
Impacto no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes)	400.380	157.140
Saldo final	**4.428.359**	**4.487.692**

22. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e 2022.

22.1 Controladora (Enel Brasil):

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		30.09.2023	31.12.2022	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
Enel Brasil					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	-	(931)	(949)	(2.131)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Agosto de 2027	(37.027)	(40.581)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(457.972)	(424.298)	-	-
MÚTUO	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	-	(22.491)
DIVIDENDOS	N/A	(488.102)	-	-	-
Total - partes relacionadas		**(983.101)**	**(465.810)**	**(949)**	**(24.622)**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Empresas com controle comum:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		30.09.2023	31.12.2022	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)					
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	808	740	340	239
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS					
ENEL CHILE	Fevereiro de 2024	4.028	-	1.022	375
ENEL SPA		(278)	-	(602)	-
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.		(20.144)	(1.388)	(7.461)	69
ENEL GLOBAL IN E NETWORK			(12.683)	-	-
ENEL CHILE S.A		-	3.006	-	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	Agosto de 2027	4.006	6.347	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		(2.398)	(124)	-	-
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	-	-	-
CELG DISTRIBUICAO S/A		-	-	-	986
ENEL CIEN S.A.		1.044	1.203	-	-
ENEL X Brasil S.A.		633	310	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A		654	783	-	-
CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		953	901	-	-
CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO		-	-	-	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF					
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	Resolução Homologatória nº 3068 da ANEEL	(323)	(321)	(2.899)	(2.800)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.		(91)	(91)	(816)	(807)
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	-	-	
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A		(2.574)	(2.748)	(24.722)	(22.918)
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR					
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	Até o final da concessão	(165)	(156)	(901)	(855)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.		(85)	(85)	-	
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.		(110)	(104)	(603)	(572)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.		(359)	(341)	(1.963)	(1.856)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.		(333)	(317)	(1.822)	(1.722)
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.		(272)	(257)	(1.487)	(1.410)
COMISSÃO DE FIANÇA	Setembro de 2037				-
ENEL SPA S.A.		(3.477)	-	(4.044)	-
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO					
ENEL CIEN S.A.	Março de 2023	-	(1.357)	(4.465)	(13.072)
COMPRA E VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	N/A	10.989	9.977	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		4.869	1.176	-	-
Total - partes relacionadas		**(2.625)**	**4.471**	**(50.423)**	**(44.343)**

Suprimento de energia – CCEAR,

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho n° 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 11.

22.3 Outras partes relacionadas

Despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	7.130.788	6.305.702	153.407	445.464

22.4 Remuneração da alta administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	(504)	3.577	1.843	5.642
Total	**(504)**	**3.577**	**1.843**	**5.642**

23. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

23.1 Instrumentos financeiros

23.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			30.09.2023		31.12.2022	
Rubrica	**Categoria**	**Nível***	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		917.581	917.581	1.338.169	1.338.169
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado		57.798	57.798	6.210	6.210
Operação com derivativo - *Fair value hedge*	Valor justo por meio do resultado	2	302.005	302.005	112.430	112.430
Consumidores, revendedores e outros	Custo amortizado		3.495.825	3.495.825	3.409.447	3.409.447
Contas a receber - acordos	Custo amortizado		479.962	479.962	517.042	517.042
Depósitos vinculados	Custo amortizado		700.949	700.949	857.326	857.326
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado		1.384.704	1.384.704	1.434.579	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	Valor justo por meio do resultado		8.066.274	8.066.274	7.426.895	7.426.895
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado		-	-	-	-
Total			**15.405.098**	**15.405.098**	**15.102.098**	**15.102.098**
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	Passivos financeiros pelo custo amortizado		2.772.199	2.772.199	2.775.495	2.775.495
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos financeiros pelo custo amortizado		3.074.221	2.896.801	4.807.669	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	Valor justo por meio do resultado		3.927.871	3.982.391	2.746.073	-
Operação com derivativo - *Cash flow hedge*	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	291.103	291.103	251.976	251.976
Operação com derivativo - *Fair value hedge*	Valor justo por meio do resultado	2	202.838	202.837	96.549	96.549
Contas a pagar - acordo Eletrobras	Passivos financeiros pelo custo amortizado		64.298	64.298	412.859	412.859
Obrigações com arrendamento	Passivos financeiros pelo custo amortizado		212.663	212.663	238.246	238.246
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Passivos financeiros pelo custo amortizado		488.101	488.101	207.601	207.601
Passivo financeiro setorial	Passivos financeiros pelo custo amortizado		1.205.808	1.205.808	555.928	555.928
Total			**12.239.102**	**12.116.201**	**12.092.396**	**4.538.654**

* Conforme detalhado na nota explicativa 23.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agencias de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2023 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data do Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	*Fair value hedge*	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	*Cash flow hedge*	Dólar	CDI	250.000
Itáu	30/04/2021	15/04/2031	*Fair value hedge*	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	*Cash flow hedge*	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	*Cash flow hedge*	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	*Fair value hedge*	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	*Cash flow hedge*	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	*Cash flow hedge*	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	*Cash flow hedge*	Dólar	CDI	400.000
Santander 27ª	12/05/2022	15/04/2032	*Fair value hedge*	IPCA	CDI	600.000
Itaú 27ª	12/05/2022	15/04/2032	*Fair value hedge*	IPCA	CDI	200.000
Itaú - BEI I	17/08/2022	01/09/2037	*Fair value hedge*	Dólar	CDI	134.654
Itaú - BEI II	17/08/2022	01/09/2037	*Fair value hedge*	Dólar	CDI	538.616
Citibank - BEI III	20/04/2023	20/04/2038	*Fair value hedge*	Dólar	CDI	68.740
Citibank - BEI IV	20/04/2023	20/04/2038	*Fair value hedge*	Dólar	CDI	274.960
						5.460.970

A movimentação é como segue:

Derivativos	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**40.433**
Provisão de encargos - juros	(274.393)
Recebimento de encargos - juros	183.054
Variação monetária	76.200
Variação cambial	(37.025)
Marcação a mercado no resultado	(108.424)
Marcação a mercado no PL	(143.969)
Saldos em 30 de setembro de 2022	**(264.124)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(236.095)**
Provisão de encargos - juros	(387.875)
Recebimento de encargos - juros	353.517
Variação monetária	99.096
Variação cambial	(70.097)
Marcação a mercado no resultado	45.291
Marcação a mercado no PL	4.227
Saldos em 30 de setembro de 2023	**(191.936)**

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 30 de setembro de 2023 estão dispostos a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Bradesco	176.745	200.267	-	(23.522)
BNP II	(35.838)	(29.438)	(6.400)	-
Itáu	16.033	98.074	-	(82.041)
BNP III	(93.697)	(78.945)	(14.752)	-
Scotiabank II	(35.745)	(19.405)	(16.340)	-
BNP IV	(9.786)	(3.620)	-	(6.166)
Scotiabank III	(58.182)	(22.080)	(36.102)	-
MUFG	(17.013)	(6.078)	(10.935)	-
Scotiabank IV	(50.628)	(13.518)	(37.110)	-
Santander 27ª	18.745	9.363	-	9.382
Itaú 27ª	7.065	3.121	-	3.944
Itaú - (BEI) 26 MUSD	(17.795)	(4.268)	-	(13.527)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(70.852)	(17.058)	-	(53.794)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(4.241)	(597)	-	(3.644)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(16.747)	(2.331)	-	(14.416)
Total	**(191.936)**	**113.487**	**(121.639)**	**(183.784)**

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2023

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(**ii) Hedge de valor justo**

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 30 de setembro de 2023 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida - Posição em 30.06.2023	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.027.173	
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 4,0134%	(1.012.590)	Fair value hedge
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,72%	835.845	Fair value hedge
		850.428	
BNP II 4131	USD + 1,71%	222.362	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,71%	(216.003)	Cash flow hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75%	251.841	Cash flow hedge
		258.200	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	792.170	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 4,26%	(844.628)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,93%	828.595	Fair value hedge
		776.137	
BNP III 4131	USD + 1,97%	425.902	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97%	(412.119)	Cash flow hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98%	505.816	Cash flow hedge
		519.599	
Scotiabank II 4131	USD + 2,31%	200.776	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,31%	(185.278)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,25%	221.023	Cash flow hedge
		236.521	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	291.464	
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a	(290.580)	Fair value hedge
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68%	300.366	Fair value hedge
		301.250	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	281.738	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,61%	(253.747)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,63%	311.930	Cash flow hedge
		339.921	
MUFG 4131	USD + 1,95%	195.421	
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,95%	(185.459)	Cash flow hedge
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,28%	202.471	Cash flow hedge
		212.433	

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Scotiabank IV 4131	USD + 2,37%	389.503	
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,37%	(356.558)	Cash flow hedge
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,39%	407.186	Cash flow hedge
		440.131	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	889.085	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385%	(236.840)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	229.776	Fair value hedge
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	IPCA + 6,1385%	(628.385)	Fair value hedge
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	609.640	Fair value hedge
		863.276	
BEI I	USD + 3,76% a.a.	118.831	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	USD + 3,76% a.a.	(123.369)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,10%	141.162	Fair value hedge
		136.624	
BEI II	USD + 3,61% a.a.	469.895	
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	USD + 3,61% a.a.	(488.256)	Fair value hedge
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,18%	559.110	Fair value hedge
		540.749	
BEI III	USD + 4,51% a.a.	68.357	
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,51% a.a.	(66.695)	Fair value hedge
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0%	70.936	Fair value hedge
		72.598	
BEI IV	USD + 4,38% a.a.	270.896	
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,38% a.a.	(264.310)	Fair value hedge
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,17%	281.056	Fair value hedge
		287.642	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2023, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

23.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma Política de Controles e Gestão de Riscos formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil, que tem por objetivo implementar as diretrizes estabelecidas pelo SCIGR no âmbito da Companhia, adequando-se às exigências locais em termos de cultura de riscos.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo a nível local, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding (Enel Spa); aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de ação para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de ação. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linha e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linha de ação.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco (“Risk Owners”).

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito *(rating)* e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2023 é:

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	733.261	1.128.195
Investimentos de curto prazo	b.1.1	57.798	6.210
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(191.936)	(236.095)
Depósitos vinculados	b.1.1	700.949	857.326
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.495.825	3.364.162
Contas a receber - acordos	b.1.2	479.962	517.042
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.021.019	2.623.396
Ativo contratual	b.1.3	1.384.704	1.434.579
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	8.144.704	7.426.895
Total da exposição		**15.826.286**	**17.121.709**

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de setembro de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliárias e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	30.09.2023	31.12.2022
AAA	788.775	928.270
AA+	2.266	17.164
AA	18	188.971
Total	**791.059**	**1.134.405**

Instrumentos financeiros derivativos	30.09.2023	31.12.2022
AAA	(191.936)	(236.095)
Total	**(191.936)**	**(236.095)**

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	30.09.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	2.943.654	3.053.174
Debêntures	4.058.438	4.500.568
Instrumentos financeiros derivativos	191.936	236.095
Dívida	**7.194.028**	**7.789.837**
Caixa e equivalentes de caixa	(917.581)	(1.338.169)
Investimentos de curto prazo	(57.798)	(6.210)
Dívida líquida	**6.218.649**	**6.445.458**
Patrimônio líquido	2.400.349	2.393.789
Dívida líquida / (Divída líquida + patrimônio líquido)	**72,15%**	**72,92%**

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, calculados pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2023 é de R$ 100.000.

A Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 3.037/2018, no valor de até R$ 2.000.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R$ 500.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, obrigações por arrendamento, dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Posição em 30 de setembro de 2023	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores	2.772.199	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	21.076	16.776	1.214.974	1.349.898	923.316
Debêntures	85.455	69.435	491.436	2.438.760	2.334.630
Operações com instrumento derivativo	119.040	53.531	367.245	570.074	351.647
Obrigações por arrendamento	4.292	8.583	38.625	116.781	44.382
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	488.102	-	-	-
Total	**3.002.062**	**636.427**	**2.112.280**	**4.475.513**	**3.653.975**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía 99,51% da dívida total indexada a taxas variáveis (R$ 7.158.986).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.09.2023	%	31.12.2022	%
CDB-DI	**791.059**	100%	1.134.405	100%
Total	**791.059**		**1.134.405**	

Ativo financeiro da concessão	30.09.2023	%	31.12.2022	%
IPCA	8.144.704	100%	7.426.895	100%
Total	**8.144.704**		**7.426.895**	

Empréstimos, financiamentos e derivativos	30.09.2023	%	31.12.2022	%
Taxa Fixa	35.042	0,49%	89.200	1,15%
TJLP	8.687	0,12%	19.633	0,25%
CDI	7.110.195	98,83%	7.465.298	95,83%
IPCA	40.104	0,56%	215.706	2,77%
Total	**7.194.028**		**7.789.837**	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2023 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

		Projeção receitas financeiras - 01 ano				
Ativos Financeiros	30.09.2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		**6,83%**	**10,24%**	**13,65%**	**17,06%**	**20,48%**
Equivalentes de caixa	733.261	50.082	75.086	100.090	125.094	150.172
Investimentos de curto prazo	57.798	3.948	5.919	7.889	9.860	11.837
IPCA		**1,97%**	**2,96%**	**3,94%**	**4,93%**	**5,91%**
Ativo financeiro da concessão	8.144.704	160.451	241.083	320.901	401.534	481.352
Subtotal	**8.935.763**	**214.481**	**322.088**	**428.880**	**536.488**	**643.361**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

		Projeção despesas financeiras - 01 ano				
Dívidas	30.09.2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(734.267)	(48.092)	(68.400)	(88.210)	(107.548)	(126.437)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(615.744)	(45.370)	(62.367)	(78.949)	(95.134)	(110.944)
FINEP 2	(8.508)	(114)	(195)	(274)	(353)	(430)
Contrato de Swap						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.027.173)	(60.738)	(70.550)	(80.277)	(89.920)	(99.482)
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.012.590	59.339	68.925	78.427	87.848	97.189
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(835.845)	(53.874)	(76.904)	(99.370)	(121.300)	(142.720)
BNP II 4131	(222.362)	75.131	31.863	265	(24.772)	(45.576)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	216.003	(72.983)	(30.952)	(257)	24.063	44.273
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(251.841)	(8.416)	(12.006)	(15.506)	(18.920)	(22.252)
Debêntures - 25ª Emissão	(792.170)	(49.611)	(57.315)	(64.951)	(72.522)	(80.028)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	844.628	51.506	59.503	67.432	75.291	83.084
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(828.595)	(55.142)	(77.976)	(100.251)	(121.995)	(143.233)
BNP III 4131	(425.902)	165.664	68.901	(1.764)	(57.754)	(104.280)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	412.119	(160.302)	(66.671)	1.706	55.885	100.905
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(505.816)	(20.282)	(28.645)	(36.797)	(44.750)	(52.513)
Scotiabank II 4131	(200.776)	127.911	49.508	(7.748)	(53.115)	(90.813)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	185.278	(118.037)	(45.687)	7.150	49.015	83.803
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(221.023)	(15.413)	(21.505)	(27.448)	(33.250)	(38.916)
BNP IV 4131	(291.464)	(17.711)	(17.711)	(17.711)	(17.711)	(17.711)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	290.580	17.658	17.658	17.658	17.658	17.658
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(300.366)	(14.649)	(20.958)	(27.109)	(33.112)	(38.972)
Scotiabank III 4131	(281.738)	178.710	68.664	(11.700)	(75.376)	(128.289)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	253.747	(160.954)	(61.842)	10.538	67.887	115.544
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(311.930)	(22.927)	(31.528)	(39.918)	(48.109)	(56.108)
MUFG 4131	(195.421)	124.927	48.630	(7.089)	(51.237)	(87.923)
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Ativa	185.459	(118.558)	(46.151)	6.727	48.625	83.441
Derivativo MUFG (swap) - Ponta Passiva	(202.471)	(14.179)	(19.760)	(25.205)	(30.520)	(35.711)
Scotiabank IV 4131	(389.503)	247.929	95.822	(15.260)	(103.275)	(176.413)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	356.558	(226.959)	(87.717)	13.970	94.540	161.492
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(407.186)	(28.960)	(40.185)	(51.136)	(61.825)	(72.266)
Debêntures - 27ª Emissão	(889.085)	(72.036)	(80.689)	(89.267)	(97.771)	(106.203)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	236.840	18.697	20.943	23.169	25.376	27.565
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(229.776)	(15.039)	(21.371)	(27.547)	(33.576)	(39.465)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	628.385	49.606	55.565	61.472	67.328	73.135
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(609.640)	(39.903)	(56.701)	(73.089)	(89.085)	(104.709)
BEI I	(118.831)	74.112	27.654	(6.274)	(33.156)	(55.495)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	123.369	(76.942)	(28.710)	6.513	34.422	57.614
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(141.162)	(8.095)	(11.982)	(15.774)	(19.475)	(23.091)
BEI II	(469.895)	293.970	110.126	(24.133)	(130.511)	(218.909)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	488.256	(305.196)	(114.331)	25.054	135.495	227.269
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(559.110)	(30.994)	(46.387)	(61.404)	(76.062)	(90.380)
BEI III	(68.357)	42.170	15.429	(4.099)	(19.572)	(32.430)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	66.695	(41.145)	(15.054)	3.999	19.096	31.641
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(70.936)	(4.061)	(6.014)	(7.920)	(9.780)	(11.596)
BEI IV	(270.896)	167.431	61.469	(15.913)	(77.226)	(128.176)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	264.310	(163.360)	(59.975)	15.526	75.348	125.059
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(281.056)	(15.608)	(23.347)	(30.895)	(38.264)	(45.461)
Subtotal	**(7.194.028)**	**(390.889)**	**(608.926)**	**(813.639)**	**(1.009.099)**	**(1.197.260)**
Total da exposição líquida	**1.741.735**	**(176.408)**	**(286.838)**	**(384.759)**	**(472.611)**	**(553.899)**

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2023 (em reais).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos em moeda estrangeira	30.09.2023
Empréstimos e financiamento	2.643.682
Exposição patrimonial	2.643.682
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.551.794)
Exposição cambial total	**91.888**

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

	30.09.2023	
Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.09.2023
Fornecedores (Itaipu)	38.649	193.538
Passivo líquido exposto	**38.649**	**193.538**

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço de regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regalado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto à este mérito; até a data da aprovação dessas informações financeiras intermediárias, o processo ainda está sob análise do relator.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R$ 92.639 (valor atualizado de R$ 144.398 em 30 de setembro de 2023) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R$ 2.603.959 em 2023, R$ 8.453.268 em 2024, R$ 8.171.440 em 2025, R$ 7.948.454 em 2026 e R$ 110.190.118 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente período findo em 30 de setembro de 2023 que foram homologados pela ANEEL.

25. Seguros

No período findo em 30 de setembro de 2023, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

		Data de vigência			
Bens segurados	Riscos	De	Até	Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	18.040.505	5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	N/A	104.946
-	Responsabilidade civil administradores	31/10/2022	31/10/2023	N/A	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

26. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

26.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	-	(7.954)
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	1.404.562	916.827

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÔES FINANCEIRAS INTERMEDIÀRIAS
30 de setembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagamento de juros	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
Apresentados nas atividades operacionais	383.818	338.065
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	5.767	(8.346)
Total Pagamento de juros	**389.585**	**329.719**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR Ao Conselho de Administração e Acionistas da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. São Paulo – SP

Introdução
Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”) inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 25 de outubro de 2023.

Diretores:
Max Xavier Lins
Diretor Presidente Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade Flavia da Silva Baraúna Diretora de Serviços Janaina Savino Vilella Carro Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto Diretor de Relações Institucionais Anna Paula Hiotte Pacheco Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá Diretor de Mercado Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Companhia”) inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 25 de outubro de 2023.

Diretores:
Max Xavier Lins
Diretor Presidente Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade Flavia da Silva Baraúna Diretora de Serviços Janaina Savino Vilella Carro Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto Diretor de Relações Institucionais Anna Paula Hiotte Pacheco Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá Diretor de Mercado Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção